UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

GIOVÁNIA JÚLIO OLIVEIRA BEDONA

O IMPACTO COLONIAL NO SISTEMA DE ENSINO GUINEENSE: O CASO DA OPRESSÃO LINGUÍSTICA AOS ESTUDANTES

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2024

GIOVÁNIA JÚLIO OLIVEIRA BEDONA

O IMPACTO COLONIAL NO SISTEMA DE ENSINO GUINEENSE: O CASO DA OPRESSÃO LINGUÍSTICA AOS ESTUDANTES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação – Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

B36i

Bedona, Giovánia Júlio Oliveira.
O impacto colonial no sistema de ensino guineense : o caso da opressão linguística aos estudantes / Giovánia Júlio Oliveira Bedona. - 2024.
54 f. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2024.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre.

1. Guiné-Bissau - Influência colonial. 2. Linguagem e educação. 3. Língua portuguesa - Guiné-Bissau. I. Título.

BA/UF/BSCM CDD 469.796657

Ficha catalográfica elaborada por Bruno Batista dos Anjos CRB: BA-001693/O

GIOVÁNIA JÚLIO OLIVEIRA BEDONA

O IMPACTO COLONIAL NO SISTEMA DE ENSINO GUINEENSE: O CASO DA OPRESSÃO LINGUÍSTICA AOS ESTUDANTES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação – Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 21/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Alexandre António Timbane
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.ª M.ª Segunda Cá
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu bondoso Deus pela força que me deu durante todo o processo de escrita desse trabalho, porque acredito que sem a força Dele não ia chegar até aqui.

Ao meu pai Júlio Bedona que hoje só tenho em memória. Ele foi a pessoa que sempre acreditou em mim e sonhava com esse momento de concluir os meus estudos. Infelizmente, ele não está aqui para presenciar o meu sucesso, porém agradeço por tudo que ele fez por mim.

À minha guerreira mãe, Carlota Oliveira, uma mulher muito forte que sempre luta pelos seus filhos. Muito obrigada mãe, minhas lutas sempre serão pela senhora.

À minha orientadora Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre pelas sábias palavras que acalmam o meu coração no momento de aflição, pelos seus encorajamentos, e todo o apoio dado na concretização deste trabalho.

Ao Maiquel, por ter me oferecido o dinheiro de passagem para chegar aqui no Brasil, o gesto dele conseguiu realizar o meu sonho e o sonho da minha família.

A minha tia Sábado Bedona e aos meus irmãos/as Nisa, Sandra Júlio Oliveira Bedona, que sempre estão ao meu lado para tudo que eu precisar, Benício Júlio Oliveira Bedona, (vulgo Nitchu), Lólita, obrigada por todo amor.

Aos meus primos/as: Taio, que sempre me incentiva a seguir em frente, Isnaba, Monica, Jair, Ilídio, Lanica, Taitiana e todos que não consigo chamar aqui, muito obrigada a todos.

As minhas segundas mães da fé: Tania pereira Có e Sandra, pessoas que sempre me dão força para seguir no caminho da vida.

A minha mana Odete Cá, muito obrigada por todo apoio para realização desse sonho.

Ao Dimir Biaguê Barbosa, agradeço por todo apoio durante esse processo de estudo.

Aos estudantes ingressantes da entrada 2023.2 e aos estudantes veteranos por terem participado das entrevistas. Muito obrigada a todos.

Aos meus amigos aqui no Brasil: Lucas Cabi, pelas ajudas com os materiais. Por meio deles fez-se possível a elaboração deste trabalho. Alzira, pelas forças e todo o incentivo de fazer que eu seguisse com esse sonho. N'dei, Zelica, Lionilda, Salimatu, Suaine, Taisa, Vilma, Rosita, Aliofa, Enimesia, Bissunha, Tito, Bill, Nené, muito obrigada a todos.

A todas as colegas da entrada 2021.2.

Aos meus amigos de Guiné-Bissau: Juce, obrigada pela foto, Buba, Edinilson (Nhani), Alah-Hadje, Junior, Ismailde (Sintia), Carminda, Moisés, Lino e outros…

Aos meus amigos de 17 de Fevereiro: Célsio e Adul, obrigada pelas motivações e pelas fotos.

E a todos os professores da Universidade da Integração Internacional da Lusófonia Afro-Brasileira (Campus do Malês) por possibilitar um conhecimento amplo em todas as matérias da interdisciplinaridade.

“A alfabetização só pode ser emancipadora e crítica na medida em que seja realizada na língua do povo. É por meio da língua nativa que os alunos “nomeiam o próprio mundo” e começam a estabelecer uma relação dialética com a classe dominante no processo de transformação das estruturas sociais e políticas que os confirmam em sua cultura do silêncio.”

(Macedo, 2000, p.98)

RESUMO

A invasão dos portugueses em território guineense marcou a história da Guiné-Bissau e, até hoje, continua a assombrar todos os setores administrativos do país, principalmente o setor educativo. Trata-se de uma sociedade multilíngue através da existência de quase 30 grupos étnicos, os quais comunica-se entre si por meio de uma língua nacional, o guineense, que é falada por um número expressivo da população. No entanto, o português, como língua do fruto colonial, se figura no país como língua oficial e única língua do ensino, a qual leva os estudantes guineenses a se depararem com grandes problemas para a qualidade dos seus estudos. A língua portuguesa é, compulsoriamente, valorizada pelos guineenses, principalmente em decorrência do próprio Estado. A partir desse contexto, o presente estudo apresenta as seguintes hipóteses: 1) A expressão oral dos estudantes guineenses contemporâneos ainda sofre com a opressão colonial; 2) O impacto dos estudos acadêmicos da UNILAB modifica a percepção dos estudantes sobre a opressão linguística que vivenciaram durante as práticas orais na educação básica. Desse modo, o objetivo geral do nosso trabalho é compreender o impacto da colonização portuguesa na educação de Guiné-Bissau, particularmente na expressão linguística dos estudantes. Para a pesquisa, utilizou-se o método qualitativo, na base de uma pesquisa bibliográfica e de campo, tendo em conta a realização de uma entrevista semiestruturada com 11 estudantes guineenses da UNILAB (Campus do Malês), que nos permitiu comprovar as nossas hipóteses levantadas. Através da pesquisa, concluiu-se que, até os dias de hoje, as línguas étnicas guineenses, além da língua guineense, continuam sendo proibidas nas escolas, motivo pelo qual os estudantes passam por uma opressão ao falar línguas de casa dentro do espaço escolar. Ainda foi possível perceber que a UNILAB está provocando uma reflexão crítica a essa situação que ocorre nas escolas guineenses, dada a diferenciação das ideias que escutamos a partir dos depoimentos dos nossos entrevistados. Por fim, coloca-se a preocupação de implementação de um ensino bilíngue que estabeleça um diálogo entre o português e o guineense para aproximar os estudantes de uma educação de qualidade e sem opressões.

Palavras-chave: Guiné-Bissau - influência colonial; linguagem e educação; língua portuguesa - Guiné-Bissau.

RUSUMU

Invason di purtuguisis na teritoriu guinensi marka storia di Guiné-Bissau, ate aos i kontinua na sonbra tudu setoris administrativus di pais, prinsipalmenti setor edukativu. Ina trata di un sosiedadi multilingui atraves di izistensia di kuasi 30 grupus etnikus, ku ta kumunika ku nghutru atraves di lingua nasional, guineensi, kuta papiadu pa un numeru spresivu di pupulason. Enton, purtuguis, suma lingua de nsinu, ku ta leba studantis guineensis na dipara ku purbulemas garandi pa kualidadi di se studus. Lingua purtuguis, i kunpulsoriamenti valorizadu pa guineensis, prinsipalmenti na dekorensia di Stadu. A partir di es kontestu, es prisenti studu tene siguintis hipotizis: 1) spreson oral di studantis guineensis kontenporaniu ta sufri inda ku opreson colonial; 2) npaktu di studus akademikus di UNILAB modifika forma di pirsibi di studantis sobre opreson linguistika ki e vivi ba duranti as pratikas orais na edukason basika. Di es modu, objetivu jeral di no tarbadju i konprendi npaktu di kolonizason purtuguis na edukason di Guiné-Bissau, partikularmenti na spreson linguistika di studantis. Pa piskisa, no utiliza metudu kualitativu, na bazi di un piskiza bibliografiku ku di kanpu, pabia di ntrivista semistruturadu ku 11 studantis guineenses na UNILAB (Campus dos Malês), ku pirmitinu konprova hipotizis ku no lantanda. Atraves di piskiza no konklui di kuma ate dias di aos, linguas etnikas ku guineensi, kontinua na sedu proibidu na skolas, pabia di es motivu ku studantis ta pasa pa opreson ora ku ena papia lingua di kasa dentru di spasu skolar. I pusivel inda pirsibi di kuma UNILAB sta na provoka un refleson kritika pa es situason k uta kuri na skolas guinensi, pabia di diferensa di ideias ku no ta sukuta a partir di informason di no ntivistadus. Pa kabanta, no koloka no preokupason di nplimentason di nsinu bilingui kuna stabilisi un dialgu entri purtuguis ku guineense, pa aprosima studantis di un edukason di kualidadi sin opreson.

Palabra-tchabi: opreson linguistika; kolonialismu purtuguis; edukason linguistika; Guiné-Bissau.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Lei nº07/2007	18
Figura 2	Artigo 3º da Lei nº07/2007	19
Gráfico 1	Língua mais falada por etnia	23
Tabela 1	Língua guineense e língua portuguesa faladas em função de cada grupo étnico guineense	24
Quadro 1	Perguntas feitas aos entrevistados	27
Quadro 2	Informações sobre os/as entrevistados/as ingressantes	28
Quadro 3	Informações sobre entrevistos/as veteranos/as	29
Figura 3	Cartaz do Instituto Superior	31
Figura 4	Cartaz da Escola de Formação de Professores	31
Figura 5	Cartaz do Liceu	32
Figura 6	Cartaz da Escola de Formação de Professores	32
Figura 7	Cartaz da Escola de Ensino Básico	33

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	12
2	**UM DEBATE SOBRE O IMPACTO COLONIAL NO SISTEMA EDUCATIVO**	15
2.1	COLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA	15
2.2	PELA INDEPENDÊNCIA LINGUÍSTICA	20
3	**CAMINHOS METODOLÓGICOS**	26
4	**COMO ESTUDANTES PERCEBEM A SITUAÇÃO DA OPRESSÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO GUINEENSE**	30
4.1	REAÇÕES ÀS FOTOGRAFIAS DAS ESCOLAS	30
4.2	PRÁTICAS ORAIS EM LÍNGUA GUINEENSE NA ESCOLA	40
4.3	SENTIMENTOS RELACIONADOS À LÍNGUA GUINEENSE E À PORTUGUESA	45
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	50
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Os princípios de aculturação que foram impostos pelos colonizadores ainda estão sendo visíveis nos espaços educativos guineenses. Trata-se de um problema linguístico e social que merece muito debate por parte dos pesquisadores e de diferentes cidadãos, particularmente acerca dos contextos educativos da Guiné-Bissau. Considerando as características linguísticas e sociais do país, nota-se um distanciamento entre as realidades sociais e culturais guineenses e o ensino formal, fato que provoca diferentes dificuldades na aprendizagem dos alunos. O país é formado por uma sociedade multilíngue, porém, em meio a esse multilinguismo, os guineenses de diferentes pertencimentos étnicos comunicam-se a partir de uma língua que representa a sua identidade cultural, a língua crioula guineense (ou simplesmente "língua guineense"). No entanto, essa língua é afastada do sistema educativo do país e massacrada dentro dos espaços escolares. Consequentemente, os alunos sofrem uma severa opressão para não falar a sua língua do dia a dia na escola.

Essas opressões cotidianas vividas pelos alunos nos permitem problematizar as políticas de proibição da língua guineense nos espaços escolares, como forma de impor a língua portuguesa, herança do colonialismo português, usada para apagar a cultura guineense. Portanto, questionamos: por que os alunos têm que passar pelas proibições das suas línguas para aprender outra língua, digamos estrangeira? Entendemos que a educação guineense se mantém como uma porta aberta para moldar diferentes paradigmas ocidentais da colonização. Diversas situações, incluindo as opressões linguísticas nos espaços escolares, são colocadas como método de ensinar e fazer com que os estudantes progridam nos seus estudos. No entanto, isso acaba trazendo sérios problemas para os estudantes durante todo processo de escolarização.

Assim sendo, procuramos chamar atenção aos dirigentes do país, sobretudo às pessoas máximas da educação, a pensar na qualidade do ensino guineense e na valorização da cultura desse povo, através do presente tema de trabalho de conclusão do curso: *O impacto colonial no sistema de ensino guineense: O caso da opressão linguística aos estudantes*. Por isso, o objetivo geral deste trabalho é o de compreender o impacto da colonização portuguesa na educação de Guiné-Bissau, particularmente acerca da opressão da expressão linguística dos estudantes. Por sua vez, os objetivos específicos são: 1) Aprofundar a compreensão sobre os impactos da colonização no sistema linguístico guineense; 2) Compreender como a educação guineense é impactada pela colonização; 3) Entender as causas da opressão linguística a partir da experiência dos estudantes guineenses; 4) Investigar se há diferença entre a percepção da

opressão linguística entre estudantes ingressantes e veteranos da UNILAB (Campus dos Malês); 5) Oferecer contribuições ao debate linguístico de Guiné-Bissau. Com essa intenção, partimos das seguintes hipóteses de pesquisa: 1) A expressão oral dos estudantes guineenses contemporâneos ainda sofre com a opressão colonial; 2) O impacto dos estudos acadêmicos da UNILAB modifica a percepção dos estudantes sobre a opressão linguística que vivenciaram durante as práticas orais na educação básica.

O interesse a pesquisar esse assunto surgiu a partir da minha experiência vivida, durante todo o meu percurso como estudante, tanto no liceu, assim como no primeiro e no segundo ano do curso de formação de professores, na Escola Superior de Formação dos professores Unidade Escolar 17 de Fevereiro, situada na capital Bissau – curso interrompido por ter conseguido a vaga de estudo na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Campus dos Malês – no estado da Bahia, Brasil). Nas minhas turmas, eu era a aluna que sempre enfrentava dificuldade de falar o português, por isso, raras vezes respondia às perguntas dos professores, porque às vezes não entendi a pergunta e mesmo que eu entendesse ficava com vergonha de fazer algum comentário em português, para não ser zombada pelos meus colegas, caso tivesse "erro" na minha fala.

Além do mais, na turma, sempre que falávamos guineense, tínhamos que pagar uma multa em dinheiro. Quando entrei na escola de formação de professores, reparei que essa situação era aplicada com mais rigor ainda, porque os estudantes levavam suspensão das aulas por falar guineense na escola. Desde então, comecei a fazer algumas críticas sobre isso para o nosso responsável da disciplina, que se responsabilizava pela marcação dos nomes das pessoas que falavam guineense na turma, porque ele era muito rigoroso com as pessoas. Porém, as minhas críticas não eram tão profundas, ou seja, nunca tinha compreendido essa situação como um ponto opressivo para nós estudantes. Ainda o nosso responsável tinha a colaboração de um professor que o incentivava no seu trabalho, por isso, se a pessoa não pagasse a sua dívida, ele entregava a lista para o professor e o professor, por sua vez, expulsava todos os estudantes da turma no dia de prova da disciplina, como forma de fazer as pessoas "pagarem as suas dívidas". Em decorrência disso, alguns colegas pagavam essa dívida com o dinheiro que eles tinham para pegar o carro e andavam a pé para voltar a casa.

Quando cheguei na UNILAB, comecei a ter uma percepção bem ampla através de diferentes debates nas salas de aulas e com outros colegas estudantes. Assim sendo, comecei a fazer indagações sobre o porquê de proibir a língua guineense nas escolas se essa é a nossa identidade. Portanto, entendi que todas essas coisas que eu vivia durante o meu estudo na

Guiné Bissau era uma forma opressiva para nós estudantes: o mesmo sistema opressivo que o regime colonial aplicava para os guineenses no período de colonização.

Ademais, a UNILAB me fez entender como é relevante o ensino de língua guineense nas escolas. Foi assim que relacionei a minha experiência como catequista, durante 6 anos, na minha paróquia Cristo Redentor, em Bissau – a qual também influenciou na escolha deste tema de pesquisa. Na catequese, meus catequizandos eram da faixa etária de 10 a 17 anos. Eles tinham dificuldade de compreensão de uma leitura bíblica em português, porém quando fazia a leitura em língua guineense, eles rapidamente conseguiam entender logo na primeira vez da leitura, enquanto em português eu tinha que repetir por duas vezes ou três vezes para eles entenderem. Quando entendi isso passei a levar a bíblia traduzida em guineense, porque para mim o ambiente de catequese ficava muito melhor porque eles compreendiam a leitura e interagiam muito bem. A partir daí, na UNILAB, tirei a conclusão de que o português era o principal fator da pouca aprendizagem dos estudantes guineenses.

Nessa perspectiva, o presente trabalho se constitui como uma pesquisa bibliográfica, com perfil qualitativo, cujo corpus de análise foi constituído com entrevistas realizadas com estudantes ingressantes e veteranos da UNILAB (Campus dos Malês), a partir de fotografias retiradas em diferentes escolas da capital Bissau (escolas públicas e privadas). A pesquisa é bibliográfica, porque procuramos embasar as nossas discussões em diferentes trabalhos, monografias, artigos científicos, livros e outras consultas dos autores especializados do tema em discussão. Estima-se que a relevância social e acadêmica desta pesquisa seja a de inspirar aos futuros leitores a participação ativa de problematizar diferentes aspectos que não ajudam no desenvolvimento educativo da Guiné Bissau; ajudar os futuros pesquisadores interessados em pesquisar os assuntos relacionados à opressão no espaço escolar, particularmente na questão linguística; e moldar o pensamento social que pratica o preconceito contra a língua guineense.

Em suma, a presente pesquisa é constituída por essa introdução. A segunda seção é intitulada *Debate sobre o impacto colonial no sistema educativo guineense*, na qual debatemos sobre os assuntos ligados à colonização linguística com uma breve comparação entre alguns países pertencentes à comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP) e a situação linguística da Guiné Bissau. Dando sequência, fizemos uma abordagem sobre a proposta da *independência linguística* do país. Logo após a segunda seção, a terceira seção é dedicada à descrição dos passos metodológicos, bem como se apresentam as análises das entrevistas. Por fim, seguem as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 UM DEBATE SOBRE O IMPACTO COLONIAL NO SISTEMA EDUCATIVO

2.1 COLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA

A colonização linguística se inscreve na ordem de um acontecimento de uma maneira específica: “ela se realiza no encontro de várias memórias simbólicas (as línguas, em suas distintas materialidades) com uma atualidade (o (des)encontro linguageiro, a incompreensão dos sentidos)” (Mariani, 2003, p.74). Assim sendo, a situação da colonização linguística tem sido um problema bem corrente nos países colonizados por Portugal, tais como Angola, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Brasil. Como resultado dessa colonização e preponderantemente considerando os países africanos de colonização portuguesa, verifica-se pouco desenvolvimento no que toca às suas políticas das línguas, visto que, conquanto tenha havido a independência política, a colonização ainda continua presente no dia a dia desses países.

Pensar a colonização linguística nos propõe a refletir sobre os contatos da língua portuguesa com línguas autóctones nacionais e na imposição de uma língua sobre a outra, a qual resulta num apagamento linguístico. De acordo com Mariani (2004, p.25), “os efeitos ideológicos da colonização materializam-se em consonância com um processo de colonização linguística, que supõe a imposição de ideias linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um projeto único”. Nessa perspectiva, o processo de colonização seria difícil de cumprir se não houvesse uma língua de comunicação entre os colonizadores e os colonizados, porque o português era a única língua que os portugueses tinham para se comunicar com os africanos. Por isso, era necessária a implementação de sua língua para facilitar todo o processo de exploração (Mariani, 2003).

Nesse contexto, o contato da língua portuguesa com outras línguas africanas ou indígenas brasileiras ocorreu de um modo singular, haja vista que a única língua valorizada era o português e as outras foram segregadas. Para os colonizadores, as línguas africanas e indígenas não possuíam estrutura adequada para a legislação da escrita, sendo consideradas como dialetos. “Um ‘dialeto’ não é uma língua, pois esse termo traz uma sensação preconceituosa, uma sensação de inferioridade”, segundo Timbane (2012, p. 264). De fato, esse termo é usado ainda pelos falantes dessas línguas e pelos colonizadores como forma de subjugar as línguas faladas nos países colonizados. Entretanto, para as ciências da linguagem:

> O termo dialeto significa uma variedade de uma determinada língua, e, por conseguinte, uma língua pode ser compreendida como um conjunto de dialetos. Em linguística, dialeto não marca negativamente nem os falantes nem a variedade linguística assim referida, apesar de esse emprego ser ainda frequente no uso comum, fora da linguística (Rosa, 2022, p. 127).

Além de desvalorizar as línguas dos colonizados, havia uma necessidade de dominar os territórios africanos e impor uma nova cultura, porque os portugueses olhavam para suas culturas como uma civilização que podia "salvar o mundo". Esse discurso salvacionista os levou a criar várias políticas de assimilação, a partir das quais se dividiram as sociedades em duas classes, isto é: "civilizados e incivilizados". "Os africanos por toda parte podiam ser nativos, mas a assimilação podia emancipá-los. Assimilação era o meio pelo qual o incivilizado, isto é, o nativo podia juntar-se às fileiras dos oficialmente classificados como civilizados" (Cá, 2011, p. 214). Para Cabral (1978, p. 61 *apud* Tavares, 2009, p. 4), "99,7% da população africana de Angola, Guiné e Moçambique era considerada "não civilizada" pelas leis coloniais portuguesas e 0,3% era considerada assimilada em todas as colônias de Portugal". Com um número insignificante de assimilados nessas sociedades, essas políticas ainda eram vigentes como forma de dominação. "Uma pessoa que quer obter o estatuto de assimilado 'teria de viver à europeia', pagar impostos, cumprir o serviço militar, saber ler e escrever corretamente o português". (Tavares, 2009, p. 4).

Após a independência, alguns países que sofreram a colonização, como Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Brasil, optaram por legitimar o português como língua oficial, o que passou a ser uma língua com grande número de falantes locais, perante a diversidade linguística presente nessas sociedades. "As políticas linguísticas tradicionais desencorajaram o multilinguístico, cultivaram e disseminaram uma única língua oficial, frequentemente a língua metropolitana da antiga potência colonial" (Lopes, 2004, p. 237). O que vemos em alguns dos países colonizados é que a língua portuguesa se figura como língua de unidade nacional, como o caso de Moçambique, Brasil (Fiorin, 2013), ainda em Angola (Tando; Nambua, 2024). É nesse sentido que afirmamos que o fato de a língua portuguesa possuir o estatuto oficial nesses países – e encontrar difusão entre os falantes – contribuiu bastante para o desaparecimento de outras línguas que ali existiam. Como o exemplo do Brasil, em que "a língua Tupi dos indígenas, que era considerada como língua brasileira" (Mariani, 2003, p. 76), se tornou hoje quase perdida, por causa das poucas políticas linguísticas implementadas.

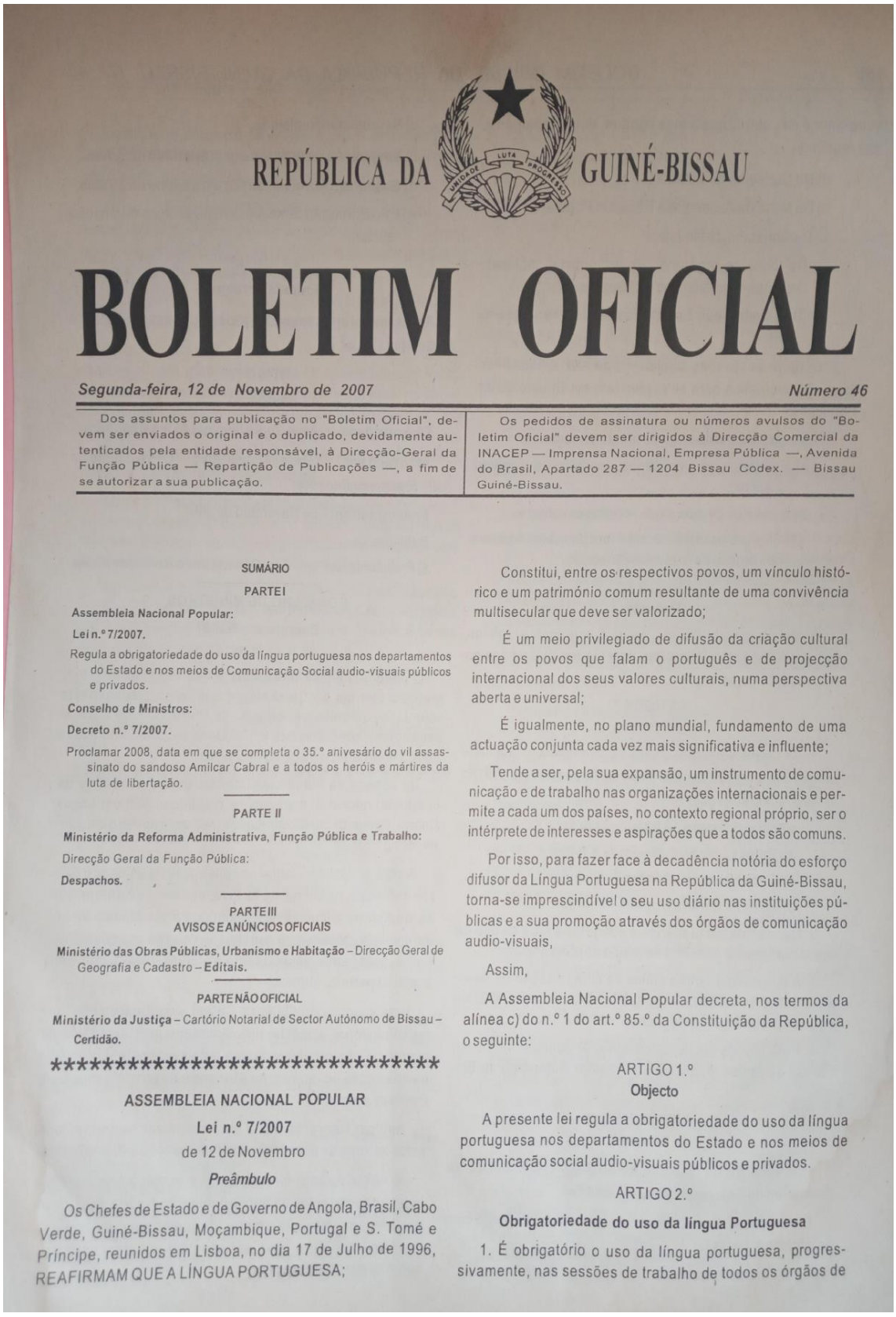
No entanto, países como Guiné Bissau e Cabo Verde estão fora desse panorama, porque a língua portuguesa não se alargou no âmbito social. Pode-se verificar um grande

número de falantes das línguas locais, embora a língua oficial seja o português. Mesmo com essa oficialidade, a língua do colonizador não consegue ganhar espaço como língua nacional, porque a maior parte da população continua a resistir com suas línguas locais – fundamentalmente, a língua crioula.

Quando se fala das línguas guineenses e caboverdianas, propriamente está em causa a língua que compõe a identidade desses povos. Trata-se de línguas faladas pela maior parte da população, em quase todo o território nacional. Contudo, "é importante sublinhar que, na Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB) e nas leis de Base do Sistema Educativo (LBSE), não há nenhum ponto específico sobre a oficialização da língua portuguesa, assim como obrigatoriedade do seu uso nas instituições públicas" (Mendes, 2019, p. 166). Porém, ainda assim, na Guiné-Bissau, a língua portuguesa se privilegia como língua de formalidade, de tal forma que todos os documentos legais são escritos nessa língua. Além disso, também nas escolas, os manuais didáticos são todos em português, de modo que os estudantes guineenses são proibidos de falar a língua guineense em espaços educativos formais, com o intuito de eles poderem dominar o português, que é a língua única de ensino.

Justifica-se essa proibição com a finalidade de que os estudantes tenham bons rendimentos acadêmicos, como se verifica no âmbito legislativo o decreto lei nº 7/2007 de 12 de novembro (cf. figura 01) que decreta no seu artigo 2º, ponto 1 o uso obrigatório de língua portuguesa, progressivamente, nas seções de trabalho de todos os órgãos de soberania e nas estruturas a ele legados, designadamente nas reuniões e, em seguida, no seu ponto 3 b) e c) decreta o uso obrigatório de língua portuguesa nas salas de aulas e nos recintos escolares pelos professores dentro e fora das salas de aula (cf. figura 02).

Figura 1 - Lei nº07/2007



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

BOLETIM OFICIAL

Segunda-feira, 12 de Novembro de 2007 — *Número 46*

Dos assuntos para publicação no "Boletim Oficial", devem ser enviados o original e o duplicado, devidamente autenticados pela entidade responsável, à Direcção-Geral da Função Pública — Repartição de Publicações —, a fim de se autorizar a sua publicação.

Os pedidos de assinatura ou números avulsos do "Boletim Oficial" devem ser dirigidos à Direcção Comercial da INACEP — Imprensa Nacional, Empresa Pública —, Avenida do Brasil, Apartado 287 — 1204 Bissau Codex. — Bissau Guiné-Bissau.

SUMÁRIO

PARTE I

Assembleia Nacional Popular:

Lei n.º 7/2007.

Regula a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nos departamentos do Estado e nos meios de Comunicação Social audio-visuais públicos e privados.

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 7/2007.

Proclamar 2008, data em que se completa o 35.º aniversário do vil assassinato do sandoso Amilcar Cabral e a todos os heróis e mártires da luta de libertação.

PARTE II

Ministério da Reforma Administrativa, Função Pública e Trabalho:

Direcção Geral da Função Pública:

Despachos.

PARTE III
AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação – Direcção Geral de Geografia e Cadastro – **Editais.**

PARTE NÃO OFICIAL

Ministério da Justiça – Cartório Notarial de Sector Autónomo de Bissau – **Certidão.**

****

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

Lei n.º 7/2007

de 12 de Novembro

Preâmbulo

Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no dia 17 de Julho de 1996, REAFIRMAM QUE A LÍNGUA PORTUGUESA;

Constitui, entre os respectivos povos, um vínculo histórico e um património comum resultante de uma convivência multisecular que deve ser valorizado;

É um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam o português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universal;

É igualmente, no plano mundial, fundamento de uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente;

Tende a ser, pela sua expansão, um instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos países, no contexto regional próprio, ser o intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns.

Por isso, para fazer face à decadência notória do esforço difusor da Língua Portuguesa na República da Guiné-Bissau, torna-se imprescindível o seu uso diário nas instituições públicas e a sua promoção através dos órgãos de comunicação audio-visuais,

Assim,

A Assembleia Nacional Popular decreta, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 85.º da Constituição da República, o seguinte:

ARTIGO 1.º

Objecto

A presente lei regula a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nos departamentos do Estado e nos meios de comunicação social audio-visuais públicos e privados.

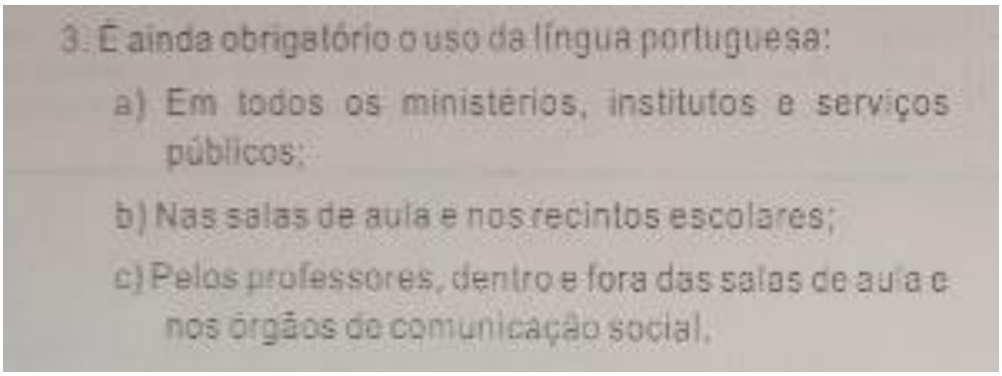
ARTIGO 2.º

Obrigatoriedade do uso da língua Portuguesa

1. É obrigatório o uso da língua portuguesa, progressivamente, nas sessões de trabalho de todos os órgãos de

Fonte: Boletim Oficial da República de Guiné-Bissau (2007).

Figura 2 - Artigo 3º da Lei nº07/2007


3. É ainda obrigatório o uso da língua portuguesa:

a) Em todos os ministérios, institutos e serviços públicos;

b) Nas salas de aula e nos recintos escolares;

c) Pelos professores, dentro e fora das salas de aula e nos órgãos de comunicação social.

Fonte: Boletim Oficial da República de Guiné-Bissau (2007).

No caso de Cabo Verde, existem políticas do governo que avançam em direção da implementação da língua caboverdiana nas escolas. Atualmente, já há algumas escolas que adotam um ensino bilíngue, sendo o português a ser ensinado como segunda língua e o caboverdiano como língua primeira (Soares, 2017). Porém, é relevante realçar que, em Cabo Verde, a diversidade linguística não se compara à situação da Guiné Bissau, porque nesse país, além do caboverdiano, não existem outras línguas étnicas, como no caso da Guiné-Bissau. Neste âmbito, não podemos deixar de enfatizar que o bilinguismo é uma boa política que Guiné-Bissau poderia adotar nos espaços escolares. Apesar de o assunto estar sendo muito debatidos por alguns linguistas, os dirigentes do país seguem privilegiando o português como único caminho de desenvolvimento e de manter os laços internacionais.

Ainda como herança do colonialismo, pode-se perceber que, na sociedade guineense atual, as pessoas são classificadas através da forma de falar a língua portuguesa, seja nas escolas ou em qualquer instituição social do país. Acredita-se, no senso comum, que uma pessoa fale o "português corretamente" quando utiliza sotaque de Portugal. Por isso, ela pode ser considerada mais inteligente em relação a uma pessoa que fale português com sotaque guineense ou em comparação com uma pessoa que só fale a língua guineense (Coelho, 2022). Por esse olhar que a sociedade tem pela língua portuguesa, costuma-se ver que, quando uma pessoa é convidada para falar nos meios de comunicação, ela expressa-se em português, mesmo que a pergunta seja dirigida em crioulo guineense, uma vez que, em sua avaliação, a sociedade vai lhe julgar por ser alguém que não sabe falar português em público.

No entanto, Fanon (2008, p. 34) demonstra que "quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva". Efetivamente, essa foi á justificativa para a assimilação. Contudo, contemporaneamente, para sair dessa selva provocada pela colonização, a Guiné Bissau precisa pautar-se nos desafios importantes que

lhes afastaram da sua realidade africana. Para isso, é necessária a valorização da identidade guineense e o conhecimento da história do todo processo da colonização – algo que facilitaria a libertação da sua identidade.

2.2 PELA INDEPENDÊNCIA LINGUÍSTICA

Como abordamos na subseção anterior, referente à questão da colonização linguística, um dos principais objetivos da colonização é o de apagar todas as raízes que ligam os africanos às suas realidades. Na Guiné Bissau, o processo da instalação dos portugueses deu-se em meados do ano de 1446/1447, após a "descoberta" do navegador português Nuno Tristão, que chegou à Guiné Bissau em 1446, (Mendes, 2021). Analogamente, a chegada da língua portuguesa na Guiné-Bissau se deu neste período. Durante o processo inicial de colonização, ocorreu o surgimento da língua guineense (o crioulo), a fim de facilitar as demandas de contato dos portugueses com os guineenses, devido ao fluxo linguístico do país, como confirma Augel (2006). Para Embaló (2008, p. 120), "o crioulo surgiu do contato do português com as línguas africanas, facilitando a comunicação não só entre os europeus e os africanos, mas também entre estes próprios, dada a diversidade linguística da região". Por sua vez, Intipe (2018) argumenta que:

> Crioulo é o termo usado para designar as línguas que nascem do contato entre línguas autóctones com as dos colonizadores. Assim como as demais línguas, possui seu léxico próprio e a sua estrutura interna regida por suas regras estruturais. É a língua materna de numerosos povos e suas comunidades linguísticas, satisfazendo suas necessidades diárias de comunicação e interação como qualquer outra língua (Intipe, 2018, p. 28).

A formação da língua guineense se tornou a força da resistência na época da colonização. Essa língua contribuiu com a mobilização das massas populares para a luta armada desencadeada pelo Partido Africano pela Independência de Guiné e Cabo Verde, o PAIGC (Embaló, 2008; Augel, 2006; Couto; Embaló, 2010). Porém, nota-se que a língua guineense não deixa de sofrer alguma descriminação, não apenas pelos portugueses, mas também por parte dos próprios guineenses que optaram por oficializar o português, no período pós-independência, a fim de torná-lo língua oficial dos guineenses. "Em 1967, o Gabinete do Estado providenciava no sentido de toda a população usar durante horas exclusivamente a língua Portuguesa, procurando fiscalizar por todos os meios o comprimento dessa norma" (Cabral, 1993 *apud* Mendes, 2019, p. 164).

Das medidas tomadas para a expansão do português como a língua de formalidade guineense figura-se também o posicionamento do "pai da nação guineense" (Amilcar Cabral). Ele defendia a relevância do uso do português como a língua do ensino guineense, por considerar que "o avanço dos guineenses no mundo da ciência depende muito do português. E isso é uma honra. É a única coisa que podemos agradecer aos *"tugas"*, o facto deles nos ter deixado a língua depois de ter roubado tanto a nossa terra" (Cabral, 1976, p. 60). Essa afirmação de Cabral nos leva a pensar qual seria o espaço da divulgação da cultura guineense, já que a língua representa a identidade nacional[1] de um povo, porque o português foi o instrumento de desafricanização para os guineenses.

Para o pedagogo brasileiro Paulo Freire, a escolha do crioulo como língua oficial e nacional representaria a possibilidade de criar uma sociedade nova (Romão; Gadotti, 2012, p. 69). No entanto, é importante pensar não só no valor cultural, mas também no benefício que a língua guineense pode trazer para a educação do país como defende Macedo (2000, p.84), haja vista que "a linguagem dos educandos deve ser utilizada nos programas de alfabetização, se se quiser que a alfabetização seja parte importante de uma pedagogia emancipadora". Ainda conforme Namone e Timbane (2017, p. 40), "a educação na língua do educando facilita o desenvolvimento cognitivo, sobretudo nas primeiras fases da educação básica, para além de constituir bases da referência cultural".

Ademais, "não usamos a língua apenas para organizar e expressar ideias e experiências. A língua é uma das práticas sociais mais importantes, mediante a qual somos levados a nos sentir como sujeitos". (Macedo, 2000, p. 94). Concordamos com esse autor, de acordo com quem a língua guineense seria um ponto aberto para uma educação emancipadora na Guiné-Bissau, porque em termos de percentagens apresentadas pelos dados estatísticos no período pós-independência, o português corresponde a um pequeno número dos falantes em comparação com a língua guineense e com outras línguas étnicas do país. Diallo (1989, p. 211), no seu artigo sobre as questões da educação multilíngue, lembra que:

> no "recenseamento de 1979, das línguas mais faladas, o Balanta representa 25% da população do país, o Fula 20%, o Português 11%, o Mandinga 10%, o Manjaco 8% e o Crioulo 44%". De acordo com o autor, observa-se que 30% da população é bilingues (nisso apenas 2% em crioulo e português) e 12% trilíngue. Diante dessas línguas (Crioulo, Balanta, Fula, Mandinga e Manjaco), pode ser feita uma boa

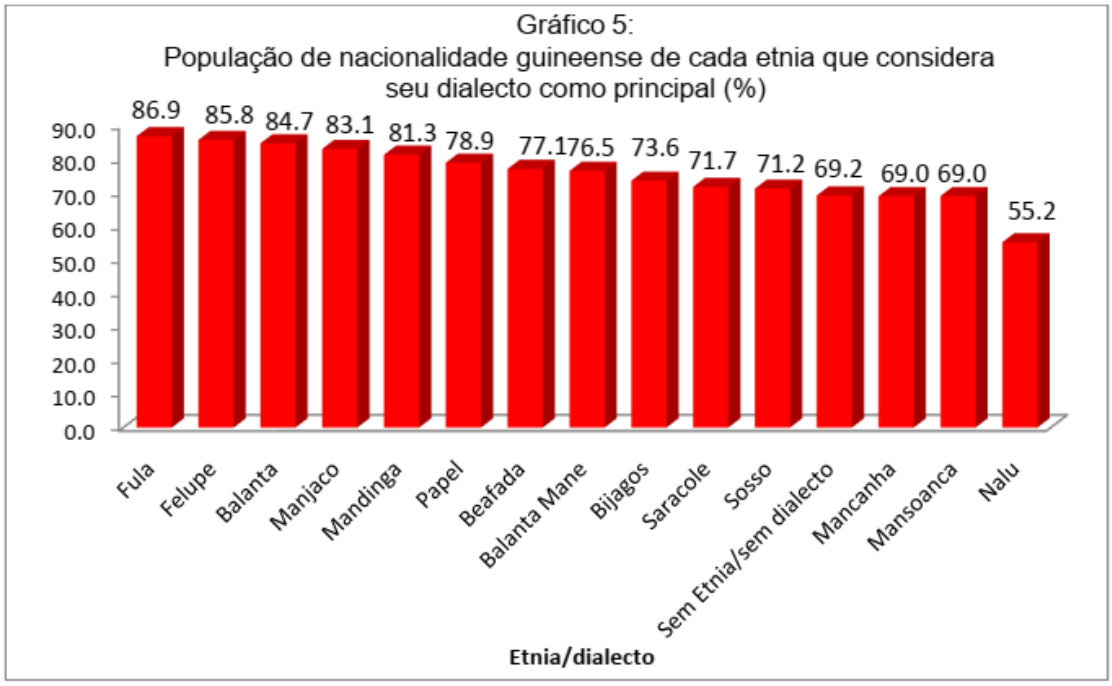
[1] "A identidade nacional é o conjunto de traços que unifica um povo e, ao mesmo tempo, o distingue de todos os outros. Uma nação deve apresentar um conjunto de elementos simbólicos e materiais: uma história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos; uma série de heróis, modelos das virtudes nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares importantes e uma paisagem típica; representações oficiais, como hino, bandeira, escudo; identificações pitorescas, como costumes, especialidades culinárias, animais e árvores-símbolo" (Thiesse, 1999, p. 14 *apud* Fiorin 2013, p. 149).

> escolha, a partir de uma perspectiva pedagógica, não prejudicando nenhuma, o que certamente, seria um dos grandes passos para a solução da problemática das línguas nacionais no processo de ensino-aprendizagem (Diallo, 1989, p. 211 *apud* Cá, 2015, p.95).

"A língua guineense se difundiu e ganhou mais força após a independência, através da urbanização cada vez mais maciça, da democratização política, da Guerra civil de 7 de Junho de 1998 e do papel das rádios" (Scatamburlo, 2013, p.52). Nessa perspectiva, essa língua passou a representar todos os guineenses e com qualidade de uma língua de unidade nacional na Guiné Bissau, dado o número significativo dos seus falantes. Segundo Rosa e Benzinho (2015), "na Guiné Bissau existem entre 27 e 40 grupos étnicos, somente 2,2% da população assume não pertencer a qualquer etnia". No entanto, cada uma dessas etnias que compõem o território guineense tem a sua língua de comunicação (cf. gráfico 01). Em torno dessa diversidade linguística, a língua guineense funciona como o vínculo de comunicação de todas as etnias que ocupam o território guineense – trata-se de uma língua franca, portanto (cf. tabela 01). É a língua falada por aproximadamente por 90,4% dos falantes, segundo os dados de Instituto Nacional de Estatística, INE (2009, p.36). A seguir, serão apresentados os dados linguísticos do último recenseamento geral da população que ocorreu em 2009. Reconhecemos que esses dados já ultrapassam uma década e, por isso, ansiamos pela publicação dos resultados do recenseamento que está ocorrendo neste momento em Guiné-Bissau (2024), ainda em fase de pré-teste, denominado IV RGPH (IV Recenseamento Geral da População e Habitação)[2].

[2] Disponível em: https://www.stat-guinebissau.com/Menu_principal/IV_RGPH/RGPH.html. Acesso em 26 de outubro de 2024.

Gráfico 1 - Língua mais falada por etnia[3]



Fonte: III RGPH – INE 2009[4].

No gráfico 01, estiveram em destaque as línguas étnicas mais faladas pela população. Por sua vez, na tabela 01, incluem-se dados acerca do uso da língua guineense (ali chamada de crioulo) e da língua portuguesa em função da etnia da população:

[3] É imperativo destacar que não concordamos com o termo dialeto utilizado pelo III RGPH, o qual advém de uma lógica colonial. Preferirmos usar o conceito de *língua*.
[4] Disponível em: https://dataspace.princeton.edu/handle/88435/dsp01w6634600z. Acesso em: 26 out. 2024.

Tabela 1 - Língua guineense e língua portuguesa faladas em função de cada grupo étnico guineense

Etnia	Total	Crioulo		Porttuguesa	
		Efect.	%	Efect.	%
Total	1442227	1303743	90,4	390727	27,1
Sem Etnia	32098	29070	90,6	14515	45,2
Balanta	323948	293983	90,8	79209	24,5
Fula	410560	367089	89,4	82370	20,1
Mandinga	212269	189907	89,5	39513	18,6
Manjaco	119808	109384	91,3	45681	38,1
Mancanha	44829	41790	93,2	27113	60,5
Papel	130651	119659	91,6	50290	38,5
Bijagós	30294	27667	91,3	10402	34,3
Beafada	50543	45941	90,9	14999	29,7
Felupe	24892	22912	92	9637	38,7
Mansoanca	20456	18596	90,9	6002	29,3
Balanta Mane	14460	12902	89,2	2733	18,9
Nalu	13420	12300	91,7	3719	27,7
Sussu	5318	4801	90,3	1478	27,8
Saracule	7407	6741	91	2412	32,6
ND	1274	1001	78,6	654	51,3

Fonte: III RGPH - INE 2009[5].

Uma vez que há um grande número de falantes do guineense, é importante pensar na sua oficialização e na sua implementação em escolas do país, porque é a língua do dia a dia de muitos guineenses. Nisso concluímos que a permanência do português como única língua oficial do país é o resultado da transmissão de valores coloniais, na medida em que "a valorização superestimada da cultura europeia, se fortalecia na desvalorização das culturas dos guineenses, ou simplesmente, na total destituição cultural do colonizado" (Mendes, 2021, p. 29).

A língua portuguesa como a única língua do ensino na Guiné Bissau não ajuda no sucesso escolar dos alunos. Por sua vez, "os próprios professores, que eram supostos dominar a ferramenta de comunicação entre eles e os seus educandos, enfrentam sérias dificuldades para se exprimirem em português, sendo frequentemente obrigados a recorrer ao crioulo para se fizer entender" (Jaló, 2019). Nesse sentido, para os alunos a situação fica ainda mais difícil por ter se acostumado a falar a língua guineense todo tempo em casa. Isso não significa que

[5] Disponível em: https://dataspace.princeton.edu/handle/88435/dsp01w6634600z . Acesso em: 26 out. 2024.

queríamos dizer que ela é a língua materna de todos os guineenses, na verdade as duas línguas não são maternas da maioria dos guineenses (Couto; Embaló, 2010). Conforme Almeida Filho (2005, p. 5):

> Uma língua tem alta relevância no processo de escolarização e a escolarização de um povo pode não alavancar ou até comprometer o seu futuro (social, político e econômico) se persistirem nela problemas graves como a: 1. baixa escolaridade da população (acesso precário ou lacunoso à escola, desistência precoce) 2. heterogeneidade da escolarização (com exclusões de camadas por categoria econômica, de gênero ou de setores geográficos) 3. fragilidade do sistema educativo (ensino fraco, alta rotatividade de alunos e professores, evasão, fracos resultados, repetência).

O guineense é a língua mais falada principalmente na capital. Em Bissau, portanto, a maior parte da população tem o guineense como língua materna, porque em casa é raro ver as pessoas falarem a língua portuguesa. Nesse contexto, o guineense é a língua falada em quase todos os locais públicos (Couto; Embaló, 2010). Por essa razão, as crianças crescem com essa língua como a sua primeira língua. Já nas zonas rurais, o guineense não é a língua dominante, ou seja, as línguas étnicas são mais usadas, sendo assim, o guineense torna-se segunda língua ou até a terceira língua da criança. Os guineenses que têm a língua portuguesa como língua materna, normalmente, são pessoas com pais que vivem muito tempo em Portugal, os quais, ao regressarem para Guiné, transmitem a realidade a de falar a língua portuguesa aos seus filhos logo à nascença. Em suma, destaca-se que:

> A disfunção entre a escola e a realidade guineense não é só uma questão de desencontro dos calendários escolar e doméstico-produtivo. Ela exprime-se de forma mais violenta no choque cultural que experimentam as crianças no seu primeiro contato com a escola: ao entrar pela primeira vez em suas tabancas nas escolas, a maioria das crianças entra num mundo totalmente estranho e distante da vida que habitualmente levava nas suas tabancas (Monteiro, 1993, p. 109 *apud* Buala, 2019).

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Como mostra Marconi e Lakatos, “a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constrói no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (Marconi; Lakatos, 2015, p. 43). Desse modo, para alcançarmos os objetivos da nossa pesquisa, buscamos fazer um trabalho de revisão bibliográfica. “A pesquisa bibliográfica, trata-se de levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita” (Marconi; Lakatos, 2015, p. 43). Nessa perspectiva, nosso trabalho baseia-se em conferir alguns trabalhos monográficos, dissertações, livros e artigos publicados por diferentes autores. Além disso, o trabalho consiste num estudo de campo, na qual foi possível fazer levantamento dos materiais no próprio local pretendido para o estudo, a partir das fotos. Nesse sentido, alguns colaboradores que residem em Bissau fotografaram cartazes de diferentes escolas em que havia informações acerca da língua obrigatória a ser usada no recinto escolar. Essas imagens serão demonstradas devidamente na quarta seção. São todas fotografias do ano de 2024, portanto, bastante recentes. Desse modo, mostramos as imagens aos entrevistados e, a seguir, fazíamos a terceira pergunta, com a intenção de identificar a opinião deles sobre o conteúdo das imagens.

Ademais, houve a realização de uma entrevista semiestruturada feita presencialmente na UNILAB (Campus dos Malês). De acordo com Gil (2021, p. 128), uma entrevista semiestruturada “é um termo que abrange vários tipos de entrevistas. Tipicamente, refere-se às entrevistas abertas, em que as perguntas são previamente estabelecidas, mas não são oferecidas alternativas de repostas. Os entrevistados podem respondê-las livremente”. Nesse sentido, consideramos o método utilizado de qualitativo, dada a realização de uma entrevista qualitativa. Segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 273 *apud* Samprieri, 2003, p. 455), “uma entrevista qualitativa define-se como conversa entre uma pessoa (o entrevistador) e a outra (o entrevistado) ou outras como um pequeno grupo ou uma família”.

Para a realização das entrevistas, inicialmente, fizemos uma “entrevista piloto” com três estudantes, dentre eles estão um estudante recém-formado da UNILAB, uma que está no penúltimo semestre do curso e um estudante cursando o primeiro semestre. A finalidade da nossa entrevista piloto é para entender como ficariam as perguntas para as pessoas que iríamos entrevistar, também para entender se as perguntas que elaboramos estão seguras para serem aplicadas aos nossos entrevistados. Após a fase da entrevista piloto, a qual gerou alguns pequenos ajustes, seguimos para aplicação da nossa entrevista com estudantes guineenses da

UNILAB (Campus do Malês) para explorarmos o entendimento deles sobre a situação da língua portuguesa como única língua do ensino guineense. É importante salientar que todos os estudantes tiveram que assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), demonstrando sua anuência para participar desta pesquisa científica. As perguntas definitivas feitas aos entrevistados estão dispostas por meio do quadro 01, sendo que a primeira e a segunda questões foram as orientadoras para a organização dos quadros 02 e 03 seguintes, os quais deram origem às informações indenitárias sobre os entrevistados.

Quadro 1 - Perguntas feitas aos entrevistados

1.	Qual é a sua idade, sua etnia, região onde você nasceu, sua língua materna, línguas e etnias dos seus pais? Quais línguas você fala?
2.	Qual curso você faz na UNILAB e em que semestre está?
3.	A partir das fotos, qual é a sua opinião sobre a proibição da língua crioula nas escolas?
4.	Na sua escola, o que acontecia quando a pessoa era pegada a falar crioulo na turma ou no recinto escolar? Como você vê isso?
5.	Como seus colegas de turma reagiam caso alguém fosse pego falando crioulo ou "falando mal o português"?
6.	Como se sente quando você está a falar crioulo? E da mesma forma, quando está a falar português?
7	Em que língua (ou em quais línguas) você preferia ter aprendido os conteúdos durante o seu tempo de escola: crioulo ou português? Por quê?

Fonte: elaboração própria.

Essas perguntas foram aplicadas de uma forma igual a todos os entrevistados, ou seja, todos os participantes tiveram as mesmas perguntas para responder, sendo assim, as perguntas foram aplicadas a 11 estudantes guineenses da Universidade da Integração Internacional da lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Campus dos Malês. Dentre esses estudantes, fizemos uma divisão em dois grupos: o primeiro composto por 6 estudantes ingressantes na UNILAB no semestre 2023.2 e o segundo grupo formado por 5 estudantes veteranos.

A proposta de colhermos depoimentos de estudantes guineenses recém-chegados na UNILAB é motivada pelo fato de que ainda não tinham tido nenhum contato com as aulas da UNILAB, para podermos saber qual era o entendimento deles com relação à obrigatoriedade da língua portuguesa nas escolas. Em contraste, também entrevistamos 6 estudantes veteranos de diferentes cursos que compõem a Universidade, com exceção do curso da história que não conseguimos o entrevistado. Nesses grupos de estudantes, focamos nos estudantes que já estão em fase final do curso, de quem procuramos saber como percebem a situação linguística nas

escolas guineenses depois de passarem por um processo de formação a partir de um viés decolonial da UNILAB.

Por meio dos quadros 02 e 03, indicamos os pertencimentos identitários dos/as estudantes, bem como informações sobre os cursos que fazem na universidade. Por uma razão ética, não identificamos os/as estudantes com seus nomes. No lugar disso, usamos um código criado por nós, sendo que as letras maiúsculas indicam os/as entrevistados/as e o número 01 é usado para indicar os/as estudantes ingressantes, ao passo que o número 02 indica os/as veteranos/as.

Quadro 2 - Informações sobre os/as entrevistados/as ingressantes

Entrevistados/as	**A.1**	**B.1**	**C.1**	**D.1**	**E.1**	**F.1**
Idade	21 anos	20 anos	24 anos	26 anos	24 anos	23 anos
Gênero	Masculino	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino	Masculino
Local de nascimento	Bissau	Bissau	Piráda/ Sambadora (Região de Gabú)	Bissau	Bambadinca/Nhabidjon (Região de Bafatá)	Bissau
Grupo étnico do pai	Saraculé	Mandinga	Fula	Balanta	Balanta	Balanta
Grupo étnico da mãe	Balanta	Mancanhi	Fula	Balanta	Balanta	Balanta
Grupo étnico	Saraculé	Mandinga	Fula	Balanta	Balanta	Balanta
Língua materna	Guineense	Guineense	Fula	Guineense	Guineense e Balanta	Guineense
Línguas faladas	Guineense, Português e Inglês	Guineense e Português	Fula, Guineense e Português	Guineense, Balanta e Português	Guineense, Balanta e Português	Guineense e Português
Curso da UNILAB	Humanidades	Humanidades	Letras em Língua Portuguesa	História	Humanidades	Humanidades
Semestre	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre

Fonte: elaboração própria.

Quadro 3 - Informações sobre entrevistos/as veteranos/as

Entrevistados/as	A.2	B.2	C.2	D.2	E.2
Idade	27 anos	28 anos	29 anos	26 anos	26 anos
Gênero	Feminino	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino
Local de nascimento	Bissau	Kumano /Safim (Região de Biombo)	Bissau	Bissau	Ilha de Pecixe
Grupo étnico do pai	Pepel	Pepel	Mandjaco	Mandjaco	Mandjaco
Grupo étnico da mãe	Pepel	Pepel	Mandjaco	Mandjaco	Mandjaco
Grupo étnico	Pepel	Pepel	Mandjaco	Mandjaco	Mandjaco
Língua materna	Guineense	Pepel	Guineense	Guineense	Mandjaco
Línguas faladas	Guineense e Português	Pepel, Balanta, Guineense, Português e Inglês	Guineense, Mandjaco e Português	Guineense e Português	Mandjaco, Guineense, Português e Francês
Curso da UNILAB	Letras em Língua Portuguesa	Pedagogia	Humanidades	Ciências Sociais	Relações internacionais
Semestre	9º Semestre	Penúltimo Semestre[6]	6º semestre	Penúltimo Semestre	Último Semestre

Fonte: elaboração própria.

Todas as entrevistas foram realizadas com ajuda do celular por meio de aplicativo de gravação. Após as entrevistas feitas, houve um processo de tradução dos áudios da língua guineense para o português e uma transcrição de todos os dados que obtivemos durante a conversa que tivemos com os nossos entrevistados. A próxima etapa consistiu na análise dos dados à luz do referencial teórico anteriormente estudado. Também foi necessário pesquisar as leis que embasam a proibição da língua guineense nas escolas. Por fim, houve a necessidade de escrita e revisão do texto final.

[6] Por vezes, as informações sobre a semestralidade oferecidas pelos veteranos(as) podem não ter sido precisas, em função de mudanças de curso entre o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e as terminalidades.

4 COMO ESTUDANTES PERCEBEM A SITUAÇÃO DA OPRESSÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO GUINEENSE

Nesta seção, evidenciamos os resultados que obtivemos a partir da realização de entrevista semiestruturada, que fizemos para os dois grupos de estudantes do Campus do Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), a saber: estudantes recém-chegados ao Brasil e estudantes veteranos, com mais de quatro semestres cursando as suas graduações. A nossa intenção é comparar as respostas desses dois grupos para melhor compreender como os estudantes percebem a situação linguística no ensino guineense antes e depois de ter contato com a UNILAB. Em síntese, compreendemos que a maior parte dos entrevistados recém-chegados à universidade tiveram uma percepção muito diferente dos estudantes veteranos de diferentes cursos, que passaram por diferentes semestres com profícuos debates acerca do colonialismo nas salas de aulas da UNILAB.

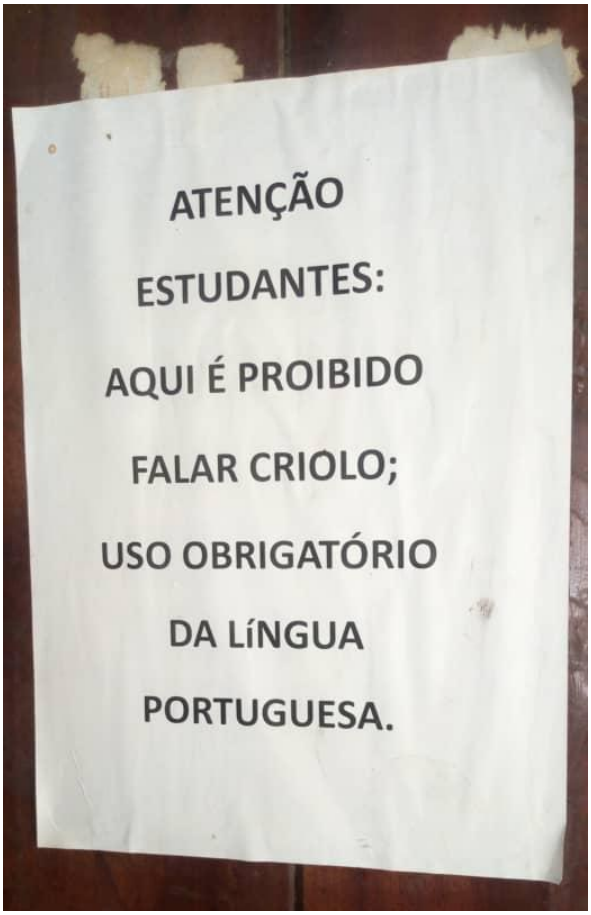
4.1 REAÇÕES ÀS FOTOGRAFIAS DAS ESCOLAS

Antes de tudo, apresentamos para todos os nossos entrevistados as fotografias que indicam a proibição de língua guineense nas escolas. Essas fotos foram retiradas em algumas escolas de Bissau (escolas públicas e privadas), com a ajuda de algumas pessoas que residem no local. Através dessas fotos, procuramos saber dos nossos entrevistados se as mesmas fotografias existiam nas escolas onde eles estudavam e depois, saber qual era opinião deles em relação as fotos que eles viram. As imagens vistas pelos entrevistados serão dispostas por meio das figuras 3 a 7:

Figura 3 - Cartaz do Instituto Superior

Fonte: colaborador anônimo.

Figura 4 - Cartaz da Escola de Formação de Professores

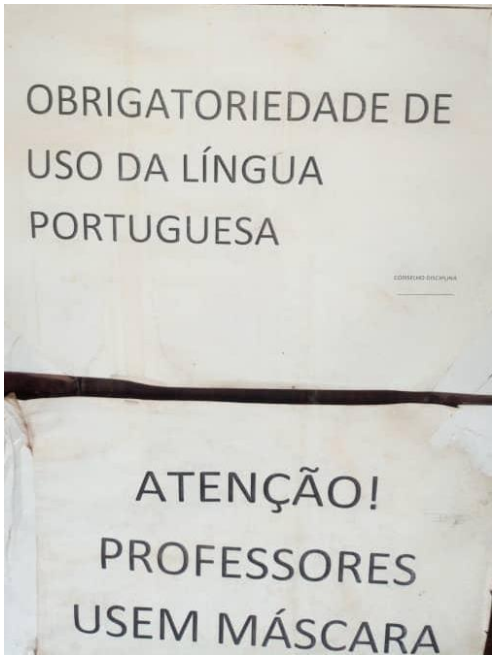


Fonte: colaborador anônimo.

Figura 5 - Cartaz do Liceu

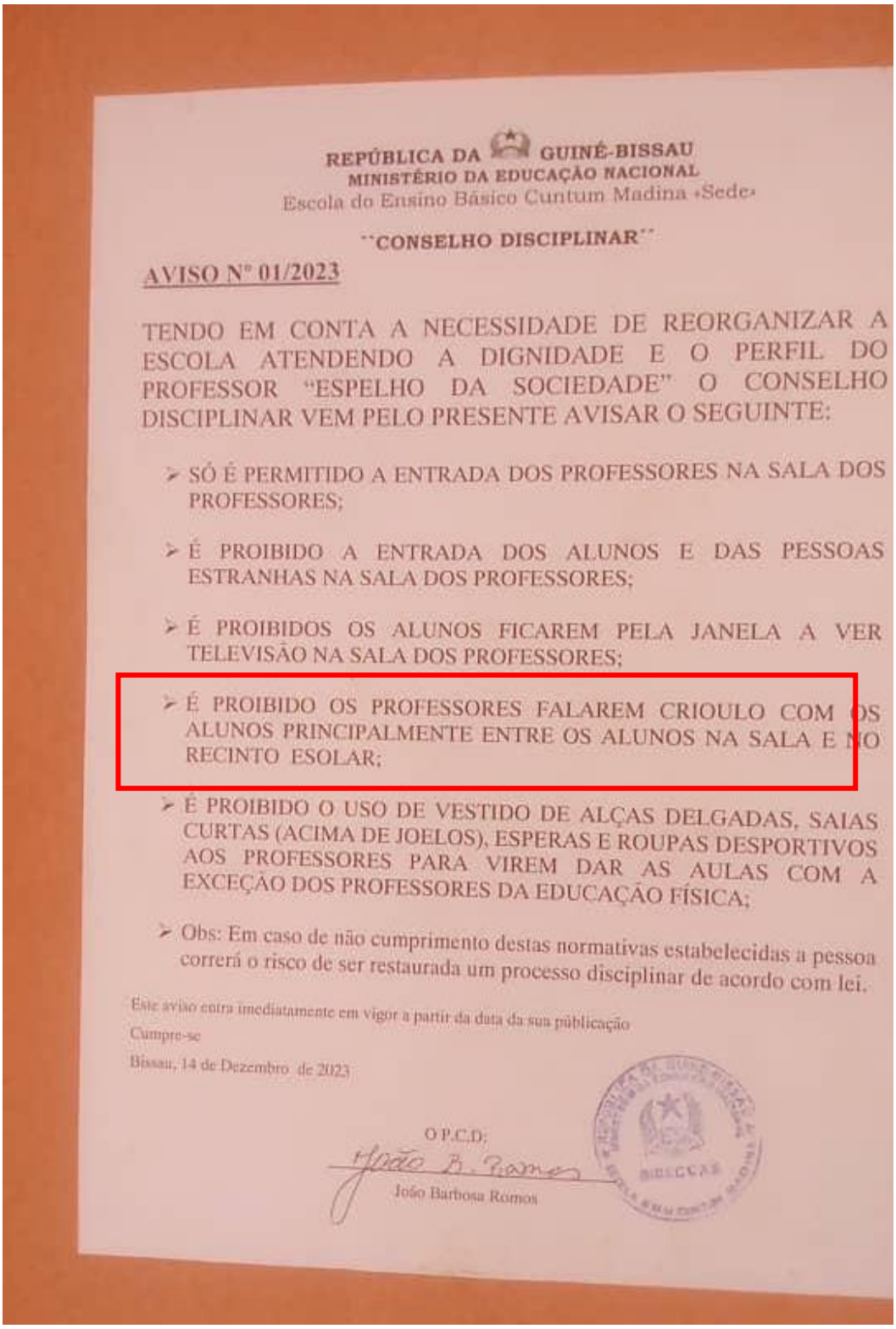
Fonte: colaborador anônimo.

Figura 6 - Cartaz da Escola de Formação de Professores



Fonte: colaborador anônimo.

Figura 7 - Cartaz da Escola de Ensino Básico



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
Escola do Ensino Básico Cuntum Madina «Sede»

"CONSELHO DISCIPLINAR"

AVISO Nº 01/2023

TENDO EM CONTA A NECESSIDADE DE REORGANIZAR A ESCOLA ATENDENDO A DIGNIDADE E O PERFIL DO PROFESSOR "ESPELHO DA SOCIEDADE" O CONSELHO DISCIPLINAR VEM PELO PRESENTE AVISAR O SEGUINTE:

- SÓ É PERMITIDO A ENTRADA DOS PROFESSORES NA SALA DOS PROFESSORES;
- É PROIBIDO A ENTRADA DOS ALUNOS E DAS PESSOAS ESTRANHAS NA SALA DOS PROFESSORES;
- É PROIBIDOS OS ALUNOS FICAREM PELA JANELA A VER TELEVISÃO NA SALA DOS PROFESSORES;
- É PROIBIDO OS PROFESSORES FALAREM CRIOULO COM OS ALUNOS PRINCIPALMENTE ENTRE OS ALUNOS NA SALA E NO RECINTO ESOLAR;
- É PROIBIDO O USO DE VESTIDO DE ALÇAS DELGADAS, SAIAS CURTAS (ACIMA DE JOELOS), ESPERAS E ROUPAS DESPORTIVOS AOS PROFESSORES PARA VIREM DAR AS AULAS COM A EXCEÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO FÍSICA;
- Obs: Em caso de não cumprimento destas normativas estabelecidas a pessoa correrá o risco de ser restaurada um processo disciplinar de acordo com lei.

Este aviso entra imediatamente em vigor a partir da data da sua publicação

Cumpre-se

Bissau, 14 de Dezembro de 2023

O P.C.D:

João Barbosa Romos

Fonte: colaborador anônimo (grifo nosso).

É importante salientar que quando mostramos as fotos para os estudantes recém-chegados, alguns sorriam e outros demonstravam calma. Por sua vez, com relação aos estudantes veteranos, alguns ficavam aflitos com as fotos e outros faziam gestos com a cabeça de um lado para o outro, para mostrar que não estavam de acordo com a referida proibição. No entanto, unanimemente, os entrevistados confirmaram que as fotos não são estranhas, porque existem em todas as escolas que eles estudavam. Ademais, uma importante informação foi oferecida por eles: esses cartazes de proibição da língua guineense, registrados pelas fotos, são elaborados pelos próprios alunos, através da direção da associação dos alunos da escola, para cumprir com a lei estipulada pela direção máxima dessas instituições educativas. Essa evidência acerca da elaboração dos cartazes pelos próprios alunos como aparece nos seguintes depoimentos dos entrevistados:

> *B.1: Na escola que eu estudava, existem fotos que proibiram os alunos de falar crioulo no recinto escolar assim como nas salas de aula, para respeitar umas das regras da escola.* ***Essas fotos são elaboradas por membros de associação dos alunos, na qual eu era como presidenta desta associação***. (grifos nossos)
>
> *D.1:" Na minha opinião, vejo que é uma obrigação que a escola atribui aos alunos para não falar crioulo, principalmente na escola pública* ***com apoio das associações****, porque mesmo os alunos não gostam de falar o português são obrigados para cumprir com a lei e por ser uma lei que ajudariam eles no desenvolvimento da língua portuguesa, desde que passam todo tempo a falar crioulo em casa".* (grifos nossos)
>
> *E.1:Existiam essas fotos no liceu que eu estava.* ***São colocadas por critério da direção e depois passam a ser adotadas pelas associações dos alunos para serem compridas nas turmas.*** (grifos nossos)
>
> *F.1: Estudei numa escola privada em Bissau e* ***essa é uma das regras que eram estabelecidas pelo conselho pedagógico da escola***. (grifos nossos)

A partir dos depoimentos a seguir, todos do primeiro grupo de estudantes (os ingressantes na UNILAB), fica evidente que os cartazes em pauta são muito comuns nas escolas guineenses. É de se registrar que há uma naturalidade em relação a presença desses cartazes no cotidiano das escolas, como se eles representassem algo bom para o seu futuro acadêmico:

> *A.1*: *Como é claro, português é a língua utilizada nas escolas da Guiné-Bissau e por outro lado a maioria das escolas têm a obrigatoriedade de usar o português. Fiz o ensino médio numa escola privada e 1º ano de Universidade, no entanto em todas essas escolas têm o uso da obrigatoriedade de língua portuguesa,* ***o que é usada como forma de desenvolver a comunicação dos alunos na língua portuguesa, porque muitas vezes ficamos presos a falar crioulo e não conseguimos desenvolver a parte da língua portuguesa***. (grifos nossos)

> *C.1: Nas escolas que eu estudava, existiam essas fotos e é claro que em maioria das escolas de Bissau essas fotos costumam ser colocadas no portão das escolas* ***como forma de fazer as pessoas falarem o português, porque os guineenses normalmente não têm o hábito de falar português****, por isso as direções das escolas procuram estabelecer essas regras de falar o português no recinto escolar assim como nas salas de aulas* ***para desenvolver a língua portuguesa dos alunos****. Tive um professor no 4ºano que nos exigiam para falar o português com ele até nas ruas. Sempre que o encontramos, ele não falava crioulo conosco, somente português.* (grifos nossos)
>
> *D.1: Quando eu estudava no Liceu, sempre existiam os comunicados com essas fotos, proibindo o uso de língua crioula,* ***para um bom aperfeiçoamento da língua portuguesa e na reorganização da escola.*** (grifos nossos)

Por meio das respostas dos estudantes, compreendemos que o uso obrigatório da língua portuguesa nas escolas é um assunto muito comum na Guiné-Bissau, porque tanto os alunos que estudavam nas escolas públicas assim como os que estudavam nas escolas privadas tiveram respostas semelhantes com relação ao uso dessas fotografias. Seguem as respostas:

> *A.2: "Na época que eu estava no ensino médio, também existiam fotos semelhantes a essas.* ***Eu estava num liceu público muito conhecido em Bissau*** *onde essas regras existiam".* (grifos nossos)
> *B.2: "****Eu estudava mais tempo na escola privada*** *e essas fotos existiam nas escolas que eu estudava e tanto no momento que eu trabalhava como professor. Na qual verifica comunicados colados nas paredes das escolas assim como nas portas das salas de aula, proibindo o uso do guineense ou qualquer língua étnica na turma e no recinto escolar".* (grifos nossos)
> *C.2: "Passei a maior parte dos estudos* ***numa escola privada*** *e* ***no último ano do ensino médio numa escola pública. Em todas essas escolas,*** *quase por todo lado tinham essas imagens em salas de aula, assim como um anúncio que proíbe o uso da língua crioulo na sala de aula".* (grifos nossos)
> E.2: *"Desde a época que eu estudava* ***no ensino básico até no ensino secundário****, tinham essas regras que proibiam o uso da língua crioulo na escola".* (grifos nossos)

Entretanto, houve uma resposta que destoou da maioria. De acordo com a opinião da entrevistada D.2, percebemos que essa estudante passou por um processo muito diferente, haja vista que ela estudou em uma escola onde a língua de comunicação era o guineense. Segue o seu depoimento:

> *D.2: "Comecei a deparar com a proibição da língua crioulo quando entrava no liceu, porque no momento que eu* ***fazia o meu ensino primário e básico as questões de língua portuguesa não eram exigidas****. Na minha escola, essas fotos eram colocadas nas turmas proibindo o uso da língua crioulo".* (grifos nossos)

Sabemos que, na maioria das vezes, as crianças guineenses entram em contacto com a comunicação do português logo nos primeiros tempos da alfabetização. No entanto, para um aluno que se depara com outra língua em fase avançada de escolaridade deve ser muito

opressivo, sobretudo ao ser obrigado a se juntar com outros alunos com um nível de português mais avançado.

Esse caso se passou comigo, porque também durante os meus primeiros anos de alfabetização (primeira fase e segunda fase do ensino básico) **estudei numa escola comunitária** (com o nome comum de Escola de Banco), na qual, somente os materiais didáticos eram no português. No entanto, tínhamos toda liberdade de se expressar no guineense e todas as explicações das matérias eram feitas no guineense.

Quando entrei na terceira fase do ensino básico, passei por uma escola pública, na qual, o professor fala rara vezes o português, porém tínhamos toda liberdade de se expressar no guineense, na turma assim como no recinto escolar. No entanto, me deparei com a proibição da língua guineense, depois de eu ter concluído o ensino básico. Essa situação me limitava muito nas participações das aulas, porque o que eu conhecia do português era um monte de regras que precisava ser cumprida para se falar, entretanto eu levava minutos para organizar as minhas falas para poder falar e com medo de não ter erros no meio dos meus colegas.

Por isso, assim que terminei o ensino secundário fui fazer o curso de aperfeiçoamento de língua portuguesa, numa escola particular, para ter mais domínio dessa língua. Portanto, para mim, o problema de muitos alunos guineenses de não terem o hábito de falar em público está no português e na forma como são ensinados nas escolas. Nesse âmbito, pela minha história, vejo que é possível ter o ensino no guineense para facilitar o processo de alfabetização e letramento escolar de muitos guineenses.

Com essa minha pequena história, concordo com Scantamburlo e Pinto (2018), de acordo com quem é preciso lembrar aos que implementam o ensino do português na Guiné-Bissau que o desenvolvimento do guineense é um fator positivo que não dificulta o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa.

Em suma, percebemos que há uma autoridade por parte da direção das escolas ao usar este método como forma de fazer com que os alunos superem suas dificuldades no uso da língua portuguesa. Porém, isso não vai ajudar, porque nem sempre eles vão estar na escola para cumprir com essas regras. No entanto, esses contatos acontecem em um período muito curto para fazer com que esse objetivo seja concretizado, por isso entendemos essa metodologia como uma forma de fazer com que os alunos desvalorizem as suas línguas, para colocar a outra como um instrumento de conhecimento.

Para a maioria dos estudantes recém-chegados, a obrigação de língua portuguesa nas escolas é normalizada como uma boa forma de ajudar os estudantes a ter o domínio da língua portuguesa, já que a escola é um espaço onde a maior parte dos estudantes guineenses aprende

o português. Ademais, a anuência ao conteúdo desses cartazes é justificada pelo fato de ser a língua oficial, de todos os materiais didáticos e documentos importantes do país estarem na mesma língua e de ser a língua de concursos públicos. Portanto, para a pessoa ter acesso a esses documentos e a oportunidades profissionais é necessário saber falar português. No entanto, consideramos que essa imposição da língua portuguesa nas escolas guineenses é efeito de um neocolonialismo. A seguir, esses depoimentos favoráveis à imposição da língua portuguesa serão reproduzidos.

> *A.1: "Na minha opinião, acho que nós sofremos com essa proibição, porém, devemos começar a ver o seu* ***lado positivo****, porque passamos muito tempo nas nossas casas e tabancas a falar somente o crioulo e na escola temos pouco tempo de falar português. Acho que* ***essa é uma boa oportunidade de desenvolvermos o nosso português*** *que é uma língua muito importante para nós guineenses por isso vejo essas regras* ***de uma boa forma*** *porque para dominar uma língua é necessário a prática dela".* (grifos nossos)
>
> *B.1: "Na minha opinião sobre proibição de língua crioula nas escolas, acho* ***que é normal obrigar as pessoas a falar o português****, porque para aprender uma língua é necessário falar e essa forma para mim é a única que a direção da escola pode fazer para os alunos falarem o português".* (grifos nossos)
>
> *E.1:" Acho que é* ***uma regra muito boa e normal****, porque fomos colonizados por Portugal que é um país que fala português, por isso devemos falar a língua portuguesa, além do mais é a* ***nossa língua oficial*** *ao qual não era necessário que as fotos seriam coladas para obrigar os alunos a falar português, pois devíamos falar português para ganhamos um certo conhecimento".* (grifos nossos)

As respostas dos entrevistados A.1, B.1 e E.1 caminham em sentido semelhante, embora o A.1 tenha percebido o sofrimento que essas regras causam para os estudantes, porém acaba concordando na mesma linha que os outros (B.1 e E.1), considerando a importância dessas regras no espaço escolar e como uma possibilidade de os alunos dominar a língua portuguesa. Por sua vez, na fala de B.1, percebemos que o problema da colonização ainda continua a ser visto nos guineenses, porque a imposição era a forma que o colonizador usou para fazer os africanos a aculturar os seus costumes. Nesse sentido, torna-se muito real essa prática de dizer que essas regras são a única forma para fazer os alunos falarem o português.

Em destaque, o depoimento de F1 concentra todos os argumentos favoráveis aqui anunciados. O entrevistado F.1 explicou umas das razões por ter valorizado mais a língua portuguesa, na Guiné-Bissau, na medida em que as vagas de estudos para países estrangeiros não são somente ofertadas para países da CPLP. Existem casos de guineenses que viajam para países francófonos, anglófonos, entre outros países, para prosseguir com os seus estudos. Esses estudantes procuram adaptar-se e aprender a língua desses países para dar continuidade aos seus estudos. O mesmo pode servir para os estudantes que querem estudar nos países onde a

língua falada é o português, seguindo os mesmos processos dos outros estudantes guineenses nos países não lusófonos:

> *F.1: **"Minha opinião é que essa regra é muito boa, porque ajuda o aluno aprender a falar em língua portuguesa sendo que, hoje a língua torna umas das chaves para os desafios do mundo, além do mais é a nossa língua oficial e na Guiné Bissau maioria das oportunidades de estudos é feita por testes na língua portuguesa e uns dos exemplos são os testes para aprovação nas vagas para outras universidades fora de Guiné Bissau, como as vagas para UNILAB, se a pessoa não tem domínio no português a situação se tornaria muito difícil para vencer neste espaço, por isso precisamos ter o domínio na língua portuguesa para termos facilidades de enfrentar esses desafios".*** (grifos nossos)

A partir dessas respostas, procuramos entender o porquê de eles normalizarem esse assunto se eles são os sofredores dessas regras. Uma das hipóteses que levantamos é a da falta de políticas das línguas locais, ou seja, o próprio estado guineense tem Portugal, até hoje, como referência, oferecendo políticas de valorização do português como uma única língua oficial e única língua do ensino que dá acesso aos materiais didáticos e a todos documentos importantes do país. Dessa forma, para um cidadão interpretar esses documentos é necessário saber falar português e ter um pouco de domínio, no sentido de explorar melhor os assuntos sociais do país. Entendemos, assim, o tamanho do poder da língua portuguesa presente nas escolas guineenses e a situação do neocolonialismo que pode contribuir para o apagamento da identidade guineense.

Todavia, percebemos a diferença de opiniões desse grupo, através de dois entrevistados (C.1 e D.1) que discordaram das regras. Dessa forma, compreendemos na opinião de D.1 que dada a existência da lei de obrigatoriedade, os alunos acabam ficando fechados e sem saídas para falar outras línguas no espaço escolar. Já a opinião do C.1 nos faz pensar que nas escolas não são as regras que vão ajudar os estudantes a dominar o português, pelo contrário, isso vai limitar ainda mais os seus conhecimentos. Desse modo, a revisão da metodologia dos professores é fundamental nesse processo, a fim de adequá-la ao tipo de pessoas que compõem a sociedade guineense. As opiniões de C.1 e D.1 são reproduzidas a seguir:

> *C.1: "Na minha opinião, acho que **colocar esses cartazes para obrigar os alunos a falar crioulo, não vai dar muito resultad**o, porque na escola os alunos têm menos tempo durante o dia, o que significa que 4 horas de tempo na escola é um tempo muito pouco, do que todo o tempo que os alunos fazem em casa a falar crioulo".* (grifos nossos)

> *D.1:" Na minha opinião, vejo que é uma obrigação que a escola atribui aos alunos para não falar português, principalmente na escola pública com apoio das associações, **porque mesmo os alunos não gostam de falar o português são obrigados para cumprir com essa lei** e por ser uma lei que ajudariam eles no*

> *desenvolvimento da língua portuguesa, desde que passam todo tempo a falar crioulo em casa".* (grifos nossos)

Por outro lado, nas opiniões dos estudantes veteranos, percebemos que todos tiveram uma visão diferente. Para eles, a proibição da língua guineense nas escolas é vista como um problema, considerando que, pelo fato dos estudantes não são permitidos de expressar em língua guineense, sua comunicação oral acaba sendo limitados. Por isso, esse grupo advoga no sentido de que essa língua deveria ser permitida, por ser a língua de todos os guineenses e por favorecer uma aprendizagem mais ampla dos estudantes. Seguem as opiniões deste grupo:

> *A.2: "Na minha opinião,* ***acho essas fotos muito absurdos e errados*** *porque se crioulo não é relevante talvez não seria a nossa língua de comunicação em Guiné Bissau, por isso, como é* ***a nossa língua é normal que seja falada nas escolas*** *e por outro lado entendia porquê que essas regras são usadas nas escolas, porque se terminamos o liceu talvez consigamos uma bolsa de estudo fora do país, nesse sentido seria necessário que falássemos português".* (grifos nossos)
>
> *B.2: "Minha opinião é que essa regra acaba tornando o* ***aluno bloqueado*** *na forma de expressar na língua portuguesa porque às vezes eles não conseguem ter a ideia de como pedir uma licença em português e simplesmente acabam sendo obrigados pelo professor para falar o que eles querem no português, a fim de ter a saída, neste caso, o professor não está abrindo o espaço de aluno caminhar com os seus conhecimentos para falar na sua própria língua, ou seja, está acabando com a língua nacional dos alunos como também a língua étnica deles. De uma forma resumida,* ***o professor não deve proibir a pessoa de falar a sua língua*** *e a única coisa que ele deve fazer é permitir a pessoa falar a sua língua para que ela possa expressar da forma que vai atingir os seus objetivos".* (grifos nossos)
>
> *C.2: "Na minha opinião, acho que é um* ***anúncio de muito rigor****, tendo em conta a realidade da nossa sociedade em que posso dizer que nem 20% dos guineenses falam o português e mesmo que falassem 10% pode ter o domínio e os 10% ainda têm dificuldade de falar em português, por isso colocar um anúncio como esse para uma população que tem sua própria língua comum que é o crioulo e além disso outras línguas étnicas. Acho que os professores, diretores ou instituição escolares* ***estão a limitar o aprendizado desses estudantes*** *porque para um aluno que não sabe falar português, saído de uma sociedade ou dos pais que não falam português, possivelmente esse aluno leva a língua que ele apreendeu no meio dele para a escola, seja língua étnica ou crioulo, de modo que ensinar essa criança em português será difícil para aprender, por isso professor deve ensinar ela na língua que vai entender. No entanto, se existe uma barreira de proibir os alunos de falar crioulo acho que dificulta o aprendizado dos estudantes".* (grifos nossos)
>
> *D.2: "Na minha opinião, acho que essas regras contribuem para o* ***aluno ficar limitado*** *na sala de aula, dando exemplo em minha pessoa que quase não falava muito na escola, porque o meu português era muito fraco devido o sistema da escola que eu estudava o primário, que é uma escola de banco onde não falamos português de modo que, a minha dificuldade em português é muito alta, fazendo com que essas regras me limitavam e mesmo que eu tinha dúvida as vezes não consigo falar porque crioulo era proibida".* (grifos nossos)
>
> *E.2: "Na minha visão, acho que essas regras contribuem* ***na limitação dos estudantes*** *tanto na fala assim também como no aprendizado porque mesmo aluno ter uma coisa para falar com o professor, se não souber falar em português vai ter que ficar calado porque existem regras que proíbem o uso do crioulo".* (grifos nossos)

4.2 PRÁTICAS ORAIS EM LÍNGUA GUINEENSE NA ESCOLA

Da mesma forma que a língua nos identifica, também ela carrega muitos valores para o suporte da nossa cultura, de modo que o vínculo da nossa história ou de todos os costumes culturas acaba ficando mais forte a partir dela, por isso, não podemos ignorar a fala da pessoa desde o memento que essa fala representa a sua própria comunidade. “Falar é estar em condições de empregar certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (Fanon, 2008, p. 33).

Nesta subseção, apesar de sua proibição, procuramos entender como é a realidade dos alunos ao falar a língua guineense na escola, ou seja, o que realmente acontecia na escola com os estudantes que falam outras línguas que não seja o português e também para os que têm dificuldade de falar português. Para fomentar as respostas, nossa pergunta de apoio foi: “Na sua escola, o que acontecia quando uma pessoa era pegada a falar crioulo na turma ou no recinto escolar? Como você vê isso?”. De forma geral, percebemos semelhanças nas respostas dos dois grupos de entrevistados. A única diferença apareceu com relação à forma como os dois grupos veem a situação da prática do crioulo na escola: para alguns recém-chegados, as regras de falar o crioulo continuam a ser vistas normais, enquanto para os estudantes veteranos a situação é considera como uma opressão sofrida pelos estudantes e deve merecer uma preocupação para os superiores da educação.

Inicialmente, vamos destacar o argumento financeiro levantado pelos estudantes como indicador de opressão. Todos os nossos entrevistados falaram que, nas escolas, são proibidos de falar guineense, porque existe uma lei implementada pelas direções, segundo a qual uma pessoa pegada a falar guineense na turma tinha que levar uma suspensão das aulas ou pagar em dinheiro, num valor “simbólico” de 100 FCFA, 150 FCFA, 200 FCFA variando conforme o acordo da turma. É de referir que esse valor custa muito para os estudantes, porque para muitos o valor conta como dinheiro de pagar carro para regressar a casa ou para comprar o pequeno almoço, no entanto ao tirar esse dinheiro do aluno ele acaba ficando sem saída, com fome ou andar a pé para casa. Seguem os depoimentos dos alunos que destacaram as questões financeiras como consequências do uso da língua guineenses em recinto escolar:

> *A.1: “Quando uma pessoa foi pega a falar crioula, a responsabilidade sempre fica com o responsável da turma. No meu caso, eu era responsável da turma na Universidade onde eu estudava e o que acontecia é que no início das aulas procurávamos* ***acordar um preço dentro da turma para servir como multa das pessoas que falam crioulo na sala de aula.*** *A partir daí, toda vez que a pessoa falava crioulo na turma tinha que pagar esse dinheiro* ***no valor de 200 fcfa e esse dinheiro é***

> ***dado e guardado pelo responsável financeiro da turma*** *que depois entrega a conta no final do ano letivo para a turma. Depois usávamos este dinheiro para fazer o encerramento do ano (convívio)".* (grifos nossos)
>
> *B.1: "Na minha escola, a pessoa levava* ***suspensão das aulas*** *pelos membros da direção quando foi apanhada a falar crioulo no recinto escolar e nas minhas turmas. Sempre costumávamos acordar um* ***preço razoável em dinheiro****, para multar as pessoas que falavam crioulo na turma, onde fizemos um documento a respeito disso que é assinado pelo Responsável da turma, Responsável da Disciplina da turma, professor e pela direção da escola e quando um aluno não aceitava cumprir com o pagamento que acordamos, a gente informa o professor e por vez esse aluno é retirado da aula pelo professor. Por fim, esse dinheiro é usado para encerramento do ano letivo. Como presidente da associação,* ***sempre discordo com a punição da suspensão das aulas*** *e com isso tentamos sempre propor soluções para que o aluno não levasse a suspensão, porque se o aluno levar a suspensão pode não repetir a aula que perdeu de modo que quem perde é esse aluno".* (grifos nossos)
>
> *C.1: Nessa pergunta, quero dar o exemplo da Universidade que eu estudava, onde existia uma regra na nossa turma que é acordado por nós, proibindo o crioulo dentro da turma e quando a pessoa falar crioulo deve* ***ser multado com o valor de 100 FCFA****. Para fazer com que essa regra funcionasse, lembro de um professor muito exigente que proibia as pessoas que não pagarem dinheiro de assistir a aula dele, no entanto, a pessoa só pode passar assistindo a aula* ***quando pagar as dívidas*** *dele.* (grifos nossos)
>
> *A.2: "Na minha turma implementamos uma lei de quando uma pessoa falar crioulo na turma teve que pagar* ***uma multa em dinheiro*** *de acordo com o valor estabelecido pela turma e esse valor no máximo era de 100 xof para cada vez que um colega falar crioulo e existiam alguns professores que quando pegar um aluno a falar crioulo* ***mandava esse aluno para sair na aula até o próximo tempo dele para ele voltar assistir aulas.*** *Na minha opinião, como falava é uma lei absurda porque às vezes* ***o aluno deixa de comer para pagar as suas dívidas*** *do crioulo e tem alguns professores que colaboraram com os responsáveis da turma, impedindo os alunos que têm dívida de assistir às aulas até quando pagar suas dívidas. Com isso, hoje percebi a sua relevância, porém no momento era difícil, porque português não é a nossa língua diária e usamos somente no espaço escolar com poucas horas de tempo, de maneira que muitos alunos têm dificuldade de falar o que torna muito difícil".* (grifos nossos)
>
> *D.2: "Na minha turma quando um colega falar crioulo teve que* ***pagar uma multa em dinheiro no valor de 100 CFA ou 150 CFA*** *para cada vez que falar e este preço era estabelecido na decisão da turma, que era responsabilizado ao responsável da turma de guardar este dinheiro, mas nunca sei das finalidades deste dinheiro porque* ***não era um assunto que eu parava para questionar*** *e o mesmo também é feito no recinto escolar, o aluno que era pagado a falar crioulo no recinto escolar teve que pagar a multa em dinheiro. Na minha opinião, acho essa regra de pagamento limita muitas vezes o aprendizado dos estudantes porque se não saber falar a sua dúvida em crioulo vai ficar calado porque o preço que era colocado a pagar* ***não era um dinheiro fácil de conseguir por uma pessoa que não trabalhava".*** (grifos nossos)

Além do mais, alguns entrevistados falaram que essas regras da turma costumam ser aprovadas por alguns professores e contam com a colaboração dos alunos responsáveis pelas marcações. Quando um aluno não paga esse valor estipulado pela turma, recebe uma suspensão por parte do professor até quando pagar suas dívidas ou pode receber castigos corporais. O mesmo acontece com os alunos que são pegos pelos membros da direção a falar crioulo, segundo as respostas dos entrevistados, os alunos levavam suspensões de dois ou três dias sem

assistir às aulas e outros são castigados para fazer os trabalhos da limpeza na escola ou outras coisas. Consideramos essa situação muito opressiva e desumana dentro do espaço escolar, porque acreditamos que o papel da escola não é transformar um cidadão num opressor, mas sim de torná-lo um bom cidadão para servir a sua sociedade com todo amor. Porém, essas práticas fogem desse papel, pois muitos acabam percebendo-as como uma boa solução, passando de geração para geração. Seguem as respostas os entrevistados:

> *D.1: "Na maioria dos casos, essas regras são implementadas na turma pelos responsáveis da turma e pelos membros da associação dos alunos. Na turma, quando uma pessoa falar crioulo teve de pagar em dinheiro num valor pequeno, porém muitas das vezes alguns professores discordam com esse pagamento, porque para eles, a forma de pagar poderia trazer problema na turma, de forma que era o que acontecia muitas das vezes, onde as pessoas que eram responsabilizados de guardar dinheiro acabavam por usá-los por questões pessoais, fazendo com que teve sempre problema, razão pelo qual, a regra não segue até final do ano. Por isso, às vezes, alguns professores optaram por dar sanção aos alunos que falam crioulo na turma e, eu tive um professor que* ***quando um aluno fala crioulo ele manda esse aluno ficar de pé por momento na aula.*** *Por outro lado, quando essa regra é exigida, a turma fica com menos barulho porque os que não têm domínio em português ficam limitados para não correr risco de pagar a multa. Na minha opinião, eu olhava essa regra como normal porque ajuda o aluno a superar sua dificuldade de falar português".* (grifos nossos)
>
> *F.1: "Na escola que eu estudava, quando conselho pedagógico estabelece essa regra, procuramos também inserir na mesma, na qual fazíamos* ***acertos na turma para criar o regulamento da turma por meio de uma votação coletiva****. No entanto, fica a regra que a maioria escolheu. Na qual* ***o nosso supervisor era o responsável disciplina da turma*** *e nós também* ***acabamos por ser supervisor de cada colega*** *que não vai respeitar a regra e no caso da pessoa falar crioulo na turma, deve pagar em dinheiro no valor de 100 FCFA, ao qual esse dinheiro é usado para ajudar qualquer colega que necessitava de ajuda e às vezes para a realização do encerramento do ano letivo. Normalmente, a regra da escola era para* ***o aluno levar a suspensão por um tempo das aulas****, mas muitas vezes não era aplicado e para substituir a suspensão o aluno pode ser mandado* ***a ajudar no trabalho da limpeza da escola, lavar banheiro ou fazer outra coisa*** *o que para nós era tomado como normal porque não é um trabalho tão difícil".* (grifos nossos)
>
> *C.2: "Eu estudava numa* ***escola privada*** *e mesmo que os encarregados davam suas contribuições de sustentar as mensalidades dos filhos, isso não impedia que essas regras funcionassem , de modo que, quando um aluno falava crioulo na turma teve que sofrer algumas consequências que é dado por professor presente na aula****: Como suspensão das aulas daquele professor por alguns dias ou às vezes o aluno é mando a ajoelhar nas pedrinhas ou nas tampas de cervejas até no momento da saída****, umas das coisas que criavam limitações dos alunos nas aulas e mesmo que tiver uma dúvida se não souber falar isso em português, preferem ficar calados, porque na turma haviam pessoas responsáveis para controlar os que falavam crioulo.* ***Lembrei de um momento que nunca vou esquecer em toda minha vida, onde eu fui mandado ajoelhar nas pedrinhas*** *porque eu estava tentando a falar por colega uma coisa que eu não sabia como é falado em português e na tentativa de falar português acabei por misturar mais palavras em crioulo do que falar o próprio português por isso, sofri pela sanção por parte do professor, porém existiam professores que às vezes ponderava o erro da fala do aluno que misturava crioulo com português, ajudando a corrigir o erro dele".* (grifos nossos)

Na maioria das vezes, essa situação fica mais difícil ainda para os alunos das zonas rurais. Considerando que eles falam cotidianamente as línguas étnicas, ao entrar na escola, o português representa para eles um "mundo novo". Mesmo assim, são proibidos de falar tanto as suas línguas étnicas como a língua guineense, que é a segunda língua. Nessa perspectiva, a resposta de um dos nossos entrevistados chama a atenção para a complexidade do cenário multilíngue guineense:

> *E.1: Na minha escola, nem sempre as regras eram aplicadas com vigor porque não existe uma lei tão forte para os alunos falarem português e muitas das vezes era implementada por parte dos alunos que na turma estabelecia a regra de não falar crioulo ou qualquer língua étnica na sala de aula, sob pena de pagar em dinheiro caso a pessoa falar cada vez outra língua que não é o português e ainda quando a pessoa falar sua língua étnica pode ter o valor mais alto para pagar do que quando falar em crioulo. Essas regras muitas das vezes acontecem com apoio dos professores da língua portuguesa que também impede os alunos que não pagarem a multa de fazer provas porque às vezes existiam divergência por parte de alguns grupos de alunos que discordam com o pagamento por serem alunos que não dominam o português e* ***muitas vezes são os que vivem nas tabancas, neste caso, eles falavam mais as línguas étnicas e nem tem tanto domínio no crioulo.*** *Eu era responsável de controlar e cobrar dinheiro para as pessoas que falavam crioulo e sempre que houver um aluno que não aceitava pagar ou cumprir com a lei procurava levar o caso para professor e professor às vezes tentava falar com esse aluno para cumprir com a regra, ou que o aluno que não vai lançar a nota dele até que pagasse a sua dívida. Por outro lado, usávamos esse dinheiro no final do ano letivo para fazer as despedidas. Na minha visão vejo que essas sanções são normais porque a regra é de conhecimento de todos na turma".* (grifos nossos)

Quando perguntamos aos nossos entrevistados como seus colegas reagiram quando um aluno cometesse algum "erro" em língua portuguesa em sua prática oral, a maioria respondeu que esses estudantes passaram a ser vítimas de bullying por outros colegas. Essa situação levava-os a ficar sem falar na turma para não correr risco de ser zombado por outros colegas. É interessante observar que alguns discordam dessa prática opressiva e acham que isso prejudica o desenvolvimento da língua portuguesa. Porém, houve entrevistados que afirmaram que essa situação é bem compreendida, pois ajuda uns aos outros na correção, com ajuda dos professores. Seguem os depoimentos a favor e contrários ao bullying linguístico:

> *B.1: "Na turma sempre que um colega não fala português corretamente,* ***costumava haver uma confusão em que todos queriam corrigi-lo e ao mesmo tempo todos riam dele.*** *Eu cheguei a ter um colega que saiu da zona rural para a capital e ele é a pessoa da turma que tem mais dificuldade de falar português, por isso, no primeiro ano que estudávamos na mesma turma, quase não falava nada até a saída".* (grifos nossos)

> *C.1: "Quando eu estudava no liceu,* ***meus colegas de turma costumavam rir*** *quando uma pessoa falava mal o português, mas na Universidade acho que as pessoas têm mais mente madura, razão pelo qual, raras vezes esse comportamento acontece. Uma vez no liceu* ***meus colegas me zombaram*** *porque a professora de português estava*

> *exemplificando os verbos com gerúndio e ela chamou cantando, brincando e eu falei* ***"Badjando"*** *no momento todo mundo começou a gozar e me colocaram o nome de* ***"Badjando".*** *Perante essa situação,* ***nunca levei mal porque é um hábito que todos nós fazemos****, às vezes fico chateado com esse nome e professor nunca apoiava esse comportamento, mas sempre procurava mostrar para o aluno a forma correta de falar".* (grifos nossos)
>
> *D.1: "Este era o momento muito vivenciado na turma, sempre que um colega tem erro no português ou traduzir a palavra de crioulo para português,* ***o momento se transforma em gozo e até a pessoa que fala também fica rindo de si mesmo****".* (grifos nossos)
>
> *E.1: "Esse caso acontece mais com os alunos que vivem nas tabancas porque eles tiveram mais dificuldades em português em relação aos que vivem no capital, por falarem mais a língua étnica em casa e os que estão no centro ou no capital falam mais o crioulo, de modo que os sotaques da língua étnica deles influenciam nas dificuldades de falar português e na maioria das vezes esses alunos preferiram ficar calados, sem interagir com professores* ***porque se falavam mal vão ser gozados por colegas. Eu nunca estou de acordo com isso, porque mesmo praticando este comportamento, sempre vejo que não era bom, porque acaba limitando a pessoa não falar mais português*** *e por outro lado, às vezes como responsável de marcação, não marco as pessoas que falam mal o português porque o importante é falar".* (grifos nossos)
>
> *F.1: "Geralmente quando uma pessoa falava mal português é frequente ver as pessoas rindo dele, mas na minha turma, isso não acontecia, porque tivemos colegas que com um pouco de conhecimento em português, por ter cursando língua portuguesa em escolas particulares de língua.* ***Às vezes essas pessoas procuravam ajudar corrigindo os colegas que têm dificuldade de falar português****".* (grifos nossos)
>
> *A.2: "Momento mais difícil de falar português é na conjugação dos verbos porque quando* ***um colega falava mal todo mundo ficava rindo dele, o que fazia a pessoa ficar mais limitado sem participar na aula*** *e nem falar com os colegas para não passar a mesma situação e outros preferiam falar em crioulo para pagar a multa do que ser gozado por falar mal português".* (grifos nossos)
>
> *C.2: "Na nossa turma, tivemos pessoas que têm pais com mais condições sociais e essas pessoas eram daqueles que aprendiam o português em casa, porque seus pais falavam com eles diariamente, no entanto, esses alunos têm mais aprendizado em português do que eu que iniciava o aprendizado de português na escola, porque meus pais falavam somente crioulo e a língua étnica em casa. Quando um colega errar na forma de falar português, aqueles alunos que tiveram domínio riam* ***dele, de modo que ficamos constrangidos na turma*** *e mesmo que queremos pedir a licença não conseguimos porque professor pode pedir a justificativa e não soubermos falar, por isso* ***preferimos ficar calado até a hora de saída para não sofrer os gostos dos colegas ou o castigo do professor".*** (grifos nossos)
>
> *D.2: "Como eu falava no início, eu era uma aluna que sempre tive medo de falar português em público, porque na minha cabeça passava essa coisa de que se eu falar mal as pessoas vão rir do meu português, porque era isso que eu vivia durante meu estudo,* ***em que os meus colegas costumavam rir das pessoas que falavam mal o português e isso me deixava fechado, fazendo com eu não tenho muito hábito de falar nos meios das pessoas e as vezes falo com pressão muito alta quando estou participando na aula aqui na UNILAB*** *porque não era o meu costume, mas agora estou me esforçando pouco a pouco para superar isso".* (grifos nossos)

"Falar mal o português" é uma expressão muito comum na Guiné-Bissau. É usada quando uma pessoa fala português com sotaque da língua guineense ou quando não cumpre

com as regras gramaticais da língua portuguesa na sua fala. Porém, entendemos que essa situação demonstra a inferiorização do português falado no país. Conforme aponta Antunes (2009, p. 22), "a língua, sob a forma de uma entidade concreta, não existe. O que existe são falantes". Em mesma linha, Rosa (2022, p. 127) realça que:

> Fora da linguística, variedades sem prestígio acabam por receber denominações como dialeto, linguajar, caçanje, patois, "mas língua, nem pensar" como notou Marcos Bagno. Fora da linguística, dizer que alguém "fala dialeto"pode significar que essa pessoa fala: (a) uma variedade linguística sem prestígio social; (b) uma língua ágrafa. O termo dialeto, em linguística, não tem qualquer desses significados.

4.3 SENTIMENTOS RELACIONADOS À LÍNGUA GUINEENSE E À PORTUGUESA

Neste subcapítulo, procuramos refletir sobre os sentimentos dos estudantes com relação à língua guineense e à língua português. Com essa intenção, serão reproduzidas as respostas dadas pelos entrevistados para duas perguntas: 1) como se sente quando você está a falar crioulo guineense e da mesma forma quando está a falar português? E por quê? 2) E em que língua ou em quais línguas você preferia ter aprendido os conteúdos durante os seus tempos de escola: crioulo guineense ou português? Por quê?

A partir dessas perguntas, percebemos que os dois grupos de entrevistados mostraram que se sentem bem e mais abertos quando estão a falar guineense, porque acharam que o guineense, como a língua de todos os tempos da vida deles, lhes proporcionam mais diálogo. No que toca à língua portuguesa, os nossos entrevistados do segundo grupo alegaram dificuldade de falar o português, em função de que as regras gramaticais que são impostas nas escolas são umas das razões para o bloqueio de se falar o português com facilidade. Seguem as respostas:

> *A.1:* ***Todos os guineenses se sentem melhor quando falam crioulo*** *e comigo não é diferente,* ***sinto mais confortável ao falar crioulo****, porém sempre procuro falar português no momento que é para falar português, para melhor ter capacidade de comunicar nessa língua.* (grifos nossos)
>
> *B.1:* ***Sinto mais relaxado*** *ao falar crioulo porque é a língua que eu mais falo desde criança.* (grifos nossos)
>
> *D.1:* ***Sinto mais conforto*** *quando estou a falar crioulo,* ***porque é a minha língua materna,*** *uma língua que eu falo desde criança e português para mim é um percurso, ao qual não falo sempre, por isso tenho dificuldade de falar.* (grifos nossos)
>
> *A.2: Quando estou a falar crioulo,* ***sinto toda liberdade*** *e com certeza de que não vou cometer erros, enquanto que, em português falo com muita atenção para não ter erros na minha fala.* (grifos nossos)

> *C.2:* ***Sinto muito bem*** *quando estou a falar crioulo porque é a língua que eu domino mais, enquanto que português até agora tenho dificuldades de falar e no momento que estou a* ***debater no português minha fala se torna muito limitado e em poucos minutos, por causa do controlo dos erros gramaticais****, porém se fosse em crioulo poderia falar em mais minutos sem nenhuma dificuldade.* (grifos nossos)
>
> *D.2: De forma que eu sinto quando estou a falar crioulo é muito diferente quando estou a falar português porque, é a língua que falo desde criança e mesmo estando aqui no Brasil, que é um país que fala português,* ***me sinto muito à vontade quando estou a falar com os meus amigos em crioulo*** *e até os assuntos de discussão na sala de aula fico limitado quando falo em português mas se saímos para debater em crioulo consigo falar de melhor forma por isso sinto muito bem quando falo crioulo.* (grifos nossos)
>
> *E.2: Crioulo é a língua que eu tenho mais domínio* ***e para desenvolver qualquer raciocínio torna mais fácil quando falo em crioulo****, enquanto que em português não vou conseguir falar da forma que eu quero porque existe palavra que não vou conseguir usar e* ***isso causa uma limitação em mim****, por isso sinto facilidade de falar em crioulo do que em português.* (grifos nossos)

Por sua vez, os entrevistados que têm línguas étnicas como maternas também mostraram que se sentem bem quando estão a falar nas línguas deles. Entretanto, na resposta de B.2, comprovamos que nem todos os guineenses têm domínio no guineense, porém, mesmo assim, ele mostra que prefere a língua guineense do que português. Nisso entendemos que, como o português é a língua do espaço escolar, torna-se difícil a pessoa ter mais domínio nela do que o guineense que é falado por todo canto do país. Seguem os depoimentos:

> C.1: *Agora não me sinto tão limitado para falar português porque sinto que as minhas mensagens são entendidas pelas pessoas e normalmente falo nas escolas, rua com meus colegas de turma e nos espaços sociais onde os assuntos acadêmicos são discutidos.* ***Porém sinto mais conforto ao falar o crioulo e a minha língua étnica porque são as línguas que tenho mais domínio.*** (grifos nossos)
>
> *B.2: "****A língua que eu tenho mais domínio é a minha língua etnia****, por isso, sinto mais à vontade ao fala-lo do que português ou crioulo.* ***Entre crioulo e português sinto melhor quando estou a falar crioulo*** *porque tem algumas palavras que não consigo saber do seu significado em português, mas se fosse em crioulo vou saber e até se vejamos na UNILAB a pessoa pode ter todo domínio de falar um assunto em crioulo mas em português terá dificuldade de decifrar o entendimento da sua leitura, por isso não sinto bem quando sou obrigado a falar português, pois em crioulo falo com mais facilidade e* ***sinto muito feliz de falar-lo porque é a minha identidade.*** (grifos nossos)

A partir da resposta de E.1, entendemos que não há motivo de fazer os alunos passarem por toda opressão para saber falar o português, porque mesmo com isso os resultados não são alcançados devido ao método de ensinamento. Portanto, desde que existam escolas particulares para ensinar a língua portuguesa e fazer os guineenses aprofundar mais nessa língua, o estudante ao terminar o 12° ano pode entrar nessas escolas para ter mais domínio de falar português. Com isso, estamos a propor que é possível ter o ensino de duas

línguas para facilitar a aprendizagem dos alunos e acabar com as opressões linguísticas nos espaços escolares. De maneira que, levar a realidade do aluno nas salas de aulas ajuda numa boa aprendizagem pretendida.

> *E.1: Me sinto mais à vontade quando estou a falar crioulo, porque dificilmente encontro alguma barreira no momento de falar e por ser a língua que eu falo desde criança**. Para a língua portuguesa, hoje sinto vontade de fala-lo porque cursei a língua portuguesa numa escola particular de estudo de língua**, porém às vezes não consigo desenvolver a minha fala no português, da mesma forma quando estou a falar crioulo pois é a língua que eu aprendi no decorrer do meu estudo.* (grifos nossos)

Os entrevistados ainda mostram que o português é a língua aprendida nas escolas e não é muito falada na Guiné-Bissau, por isso, não conseguem ter o domínio dessa língua. Ainda nas respostas dos entrevistados, percebemos que o português é tomado como uma língua de prestígio social, porque alguns entrevistados mostraram que ao falar o português sentem que estão a representar o espaço acadêmico (cf. resposta de F.1). Entretanto, isso mostra que o ensino que temos hoje no país promove mais a valorização do português do que da língua guineense. Isso leva muitas pessoas a se sentirem superiores quando estão a falar português em qualquer espaço social. Sendo assim, o próprio estado guineense está sendo contraditório com a lei mãe do país, que indica no seu artigo 17° que "é imperativo fundamental do Estado criar e promover as condições favoráveis à preservação da identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacionais e factor estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade" (CRGB, 1996, p. 5).

> *F.1: Quando estou a falar crioulo, me sinto muito próximo de um ambiente familiar, porque é a língua que falo socialmente e quando estou **a falar português sinto como estou a usar ou representar um espaço acadêmico**, mesmo falando em casa, porque é a língua que eu aprendi na academia e não é minha língua materna.* (grifos nossos)

Quando inquiridos sobre qual a língua que preferiam aprender, a maioria optou por ensino bilíngue na Guiné-Bissau, em que o ensinamento no português caminhe junto com a língua guineense, a qual facilitaria o aprendizado dos educandos. Nossos entrevistados também alegaram que um ensino bilíngue na GB também ajudaria na transmissão das informações do professor para o aluno. Sendo assim, entendemos que seria muito importante que o estado guineense pensasse num ensino bilíngue no país, porque vai ajudar os alunos a valorizar o guineense como a língua de identidade nacional. Por outro lado, a implementação

de um ensino bilíngue também vai proporcionar uma visão crítica dos educandos a fim de romper com o método mecânico dentro do espaço educativo. Seguem os depoimentos:

> *A.1: Na minha opinião, acho que* ***para qualquer guineense apreender conteúdos em crioulo sempre seria melhor, porque muitos dos professores não conseguem transmitir muito bem o assunto na língua portuguesa por causa da dificuldade que é encontrada na comunicação****, de maneira que crioulo facilitaria a mensagem que os professores queriam passar para os alunos, sendo que a comunicação seriam mais ampla assim como a compreensão dos alunos, do que em português. Todavia, acho que crioulo deveria ser implementado como língua do ensino guineense para facilitar a transmissão da fala do professor, como também a aprendizagem dos alunos, mas também* ***pode haver o português como uma língua secundária por razão das necessidades internacionais.*** (grifos nossos)
>
> *B.1:* ***Eu preferia ter aprendido os conteúdos em crioulo*** *porque é a língua que tenho mais domínio. Tive professores que usavam crioulo porque às vezes os alunos não conseguem compreender a explicação em português, por isso preferia crioulo. Por outro lado****, acho que nosso ensino poderia implementar duas línguas no ensino****, neste caso crioulo para ajudar mais na aprendizagem dos alunos e português para podermos comunicar com os internacionais.* (grifos nossos)
>
> *C.1: No meu ponto de vista,* ***eu preferia apreender os conteúdos no crioulo*** *porque acho que a compreensão que eu teria no crioulo seria muito diferente com o que eu teria em português, porque crioulo é a língua que tenho mais domínio, por outro lado****, acho bom ensinar em português porque tem crianças guineenses que tiveram condições de estudar nos Jardins com mais condições onde só se falam português e têm pais que só falam português com elas, de modo que essas crianças crescem com um domínio no português****. Neste caso prefiro duas línguas no ensino para facilitar ainda mais alunos das zonas rurais, por exemplo, na minha aldeia as crianças falam mais línguas étnicas que é fula do que crioulo e português eles só conhecem na escola por isso vejo que elas terão mais dificuldade na aprendizagem, talvez no crioulo eles aprenderiam melhor.* (grifos nossos)
>
> *D.1: Na minha opinião, eu preferia ter apreendido em crioulo porque é a língua que eu falo desde criança, mas acho que o português é muito importante* ***porque em termo da globalização português é mais importante do que crioulo*** *e sem ele ou as outras línguas é difícil estar numa sociedade.* (grifos nossos)
>
> *E.1:* ***Eu preferia aprender na língua portuguesa****, no caso de houver um ensinamento mais ampliado desde o ensino básico, na qual as pessoas vão poder falar corretamente o portugues antes de ingressar ao ensino secundário, porque portugues é uma língua que se pode encontrar como língua de ensino de muitos países. Sendo que as nossas línguas étnicas não é uma língua que vai encontrar nesses países, ainda acho que* ***o ensino de Guiné pode ter francês ou inglês como línguas que vão auxiliar na aprendizagem dos alunos a fim de facilitar os alunos estrangeiros dos países francófonos e anglófonos com intuito de estudar em Guiné Bissau.*** (grifos nossos)
>
> *F.1:* ***Eu preferia ter aprendido os conteúdos em português por ser uma língua muito importante em termos de globalização*** *e ainda língua portuguesa pode nos ajudar a inserir em diferentes sociedades,* ***por isso acho que o ensino pode continuar com a única língua que é portuguesa.*** (grifos nossos)
>
> *A.2: Na época que eu estudava, eu preferia apreender os conteúdos em crioulo porque teria mais compreensão em crioulo e* ***chego à conclusão de que se as provas de redação fossem em crioulo minhas notas seria melhor do que fazer uma prova em português****. E por outro lado, acho que podemos ter duas línguas no sistema do*

> *ensino, mesmo se português seria como língua oficial do ensino, crioulo poderia ser como segunda língua de aprendizagem dos alunos.* (grifos nossos)
>
> *B.2: Se vejamos no contexto do ensino guineense existem o processo de colocação dos professores nas regiões, que chegam entrando as diversidades étnicas de modo que esse professor pode não saber falar as línguas étnicas de todos alunos,* ***por isso não vai poder ensinar a língua ética e mesmo que ele consegue falar a língua de um aluno seria muito complexo por causa dos outros alunos que vão i querer entender a mesma explicação****,* ***neste a única língua que todos podem entender é crioulo, como uma língua nacional de todos,*** *por isso eu preferia crioulo porque no crioulo vou entender mais os conteúdos e mesmo que eu tiver dúvidas vou poder perguntar. Por outro lado, eu optaria por um ensino bilíngue que pode funcionar com crioulo e português.* (grifos nossos)
>
> *C.2: Eu preferia ter apreendido os conteúdos em crioulo porque acho que* ***uma das coisas que mais causa o fracasso escolar do aluno é a língua de aprendizagem****, porque quando ele está em casa consegue falar muito bem na sua língua e dentro do espaço escolar ele acaba tendo limitações porque é proibido falar em língua crioulo se não português, que não é a sua língua própria ou que é obrigado a falar, se vejamos bem existem alunos que pensam uma resposta muito bem em crioulo mas quando é para transcrever em português, ficam perdidos, mais se era para escrever no crioulo poderia ser mais fácil.* ***Acho que, é bom que os currículos sejam revisados para implementar a língua crioulo*** *como a língua do ensino e o português pode ser ensinada como outras línguas que está sendo ensinada nas escolas exemplo do Francês e inglês, mas não como língua do ensino.* (grifos nossos)
>
> *D.2:* ***É muito óbvio que eu preferia apreender em crioulo dois mil vezes do que português*** *porque além de ser uma língua que falo e compreendo com mais facilidade, crioulo também* ***é a língua que que valoriza a nossa cultura****, ainda acho que o nosso sistema de ensino deve colocar o crioulo no nosso currículo mesmo que vai ser auxiliado com o português, porque crioulo é a língua que maior parte dos guineenses falam.* (grifos nossos)
>
> *E.2: Eu preferia ter aprendido os conteúdos* ***em crioulo porque é a língua que não vai limitar a minha aprendizagem,*** *por isso, acho que o estado guineense precisa fazer a revisão no sistema do ensino para implementar um sistema adequado com a realidade da população guineense tendo em conta a diversidade linguística do país e como crioulo é a língua que a maior parte dos guineenses falam, acho que a sua implementação como língua do ensino poderia.* (grifos nossos)

Não passa do que frisamos no parágrafo anterior, ou seja, os depoimentos são muito claros e ainda mostram uma semelhança muito forte nos dois grupos de entrevistados. No entanto, gostaríamos de problematizar o porquê desse assunto continuar sendo silenciado por nossos governantes se têm a consciência clara sobre a caracterização linguística da sociedade guineense. A responsabilidade do estado é fundamental para travar os elementos que contribuem para a destruição da cultura do povo guineense e para a violação do direito de cada cidadão. A porta aberta para isso é educação, sendo que "o objetivo da escola é formar cidadãos capazes de se exprimir de modo adequado e competentemente, oralmente e por escrito, para que possam se inserir de pleno direito na sociedade e ajudar na construção e na transformação da sociedade". (Bagno, 2002, p. 29)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, observou-se que ainda existe uma presença muito forte do colonialismo dentro do sistema de ensino guineense, o que nos levou a questionar o porquê da falta das políticas linguísticas locais até os dias de hoje e o porquê de os alunos terem que passar por um caminho de opressão para aprender uma língua estrangeira de um povo opressor. Vale lembrar que o objetivo da luta contra os colonizadores era justamente a de resgatar a cultura guineense das mãos dos opressores portugueses, como dizia o líder pela independência de Guiné-Bissau, na pessoa de Amílcar Lopes Cabral. Porém, nossa pesquisa demonstra que esse objetivo não está sendo cumprido, ou seja, a cultura dos guineenses está sendo massacrada a cada dia nos espaços educativos.

Dessa forma acreditamos que a independência não deve resumir-se apenas ao papel, mas sim deve abranger todos os sistemas que englobam as esferas do país, incluindo a língua guineense, como força da identidade nacional do povo guineense. Entendemos que as frequentes desestabilidades políticas do país não podem ser tomadas como justificativa para a não consideração da cultura do povo guineense, na medida em que o pensamento político segue referenciando Portugal como base do desenvolvimento.

Ao longo da pesquisa, percebemos o grande problema de pouco desenvolvimento de aprendizagem dos estudantes guineenses, uma situação que é provocada pela única língua de ensino que é a língua portuguesa, afastando os alunos das suas realidades. Nesse sentido, a nossa pesquisa procurou mostrar um olhar crítico da forma como a língua portuguesa é usada na escola, no sentido de fomentar um pensamento reflexivo que ajuda a melhorar as diferentes situações de opressões vivenciadas pelos alunos guineenses nos espaços escolares.

Mediante as nossas análises, concluímos que a forma de proibir os alunos de falar a língua guineense nos espaços escolares não é um assunto preocupante para as pessoas máximas da educação. Isso se dá na medida em que, além de impor uma lei para valorizar a língua portuguesa, essa prática é passada como uma boa forma de ensinar a língua portuguesa nas escolas. Nesse sentido, verifica-se que o português toma um espaço de prestígio dentro do espaço escolar.

Portanto, ao final da nossa pesquisa, observamos que as duas hipóteses levantadas foram confirmadas, uma vez que as entrevistas que fizemos com os estudantes comprovaram que, até os dias de hoje, as línguas guineenses continuam sendo proibidas nas escolas do país. Isso nos faz concluir que o espaço educativo que deveria servir como um lugar de acolhimento e ensinamentos dos valores humanos, transforma-se num espaço opressor ao

oprimir os que o procuram. Ainda foi possível perceber que a UNILAB está provocando uma reflexão crítica acerca dessa situação que ocorre nas escolas guineenses, dada a diferenciação das ideias que escutamos nas nossas conversas dos nossos entrevistados veteranos.

REFERÊNCIAS

ABDULA, R. A. M; QUEBI, D. O. ; TIMBANE, A. A. As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno em África. In: *Web-Revista Sociodialeto*. v. 5, nº 13, jul. 2014. p. 178-202.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. O ensino de português como língua não materna: concepções e contextos de ensino. In: *Biblioteca Virtual do Museu da Língua Portuguesa*, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/ENSINO-COMO-LINGUA-NAO-MATERNA.pdf Acesso em: 20 mar. 2023.

ANTUNES, I. *Língua, texto e ensino*: outra escola possível. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2009.

AUGEL, Moema Parente. O crioulo guineense e a oratura. *Scripta*, v. 10, n. 19, p. 69-91, 2006.

BAGNO, Marcos. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística. *In*: BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; Gagné, Gilles. *Língua materna*: letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola, 2002, p.13-84.

CÁ, Virgínia José Batista. *Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural:* o caso de Guiné-Bissau. 2015. 176. Dissertação (Mestrado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CÁ, Lourenço Ocuni. Cultura escolar e os povos coloniais: a questão dos assimilados nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)." *ETD - Educação Temática Digital*. v.13, n.01, 2011. p.207-224.

CABI, Lucas Augusto. *A variação léxico semântico do português guineense:* o caso de Bissau. 2023. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023.

CABRAL, Amílcar. A questão da língua. Papia: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico . v. 1, n. 1, 1990. [Transcrito de Nô Pintcha, de 21, 24 e 26 de fevereiro de 1976].

COELHO, Alzira. *Análise dos materiais didáticos do ensino da Língua Portuguesa no Ensino Primário na Guiné-Bissau.* 2022. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

COUTO, H.; EMBALÓ, F. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP. *Papia* – Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, v. 20, p. 11-253, 2010.

DIALLO, I. Construção para uma reflexão: educação, multilinguismo e unidade nacional. *In*: *A Construção da Nação em África*: os exemplos de Angola, Cabo Verde, INEP/CODESRIA/UNITAR. Bissau, INEP, 1989, p. 200-218.

EMBALÓ, Filomena. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional. *Revista Papia*, nº18. p.101-107, 2008.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas* (R. Silveira, Trad.). Salvador:EdUFBA, 24, 2008. Volume 24.

FIORIN, José Luiz. *Língua, identidades e fronteiras*. Diversitas, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/13_FIORIN.pdf. Acesso em: 26 out. 2024.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. *Paulo Freire e Amílcar Cabral*: a descolonização das mentes. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012. 124 p. (Série Unifreire, v.3).

GUINÉ-BISSAU. Instituto Nacional de Estatística e Censo. *3º Recenseamento geral da população e habitação*. Bissau: INEC, 2009

GIL, Antonio Carlos, Metodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil.- 7[3.Reimpr.].- São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 970-2057-1. 1. Pesquisa social. 2. Pesquisa-Metodologia. 3. Ciências sociais- Metodologia. I. Título. 19-55022.

INTIPE, Bernardo Alexandre. *Unidade linguística na diversidade linguística:* o caso do Kriol da Guiné-Bissau. 2018. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018.

JALÓ, Sumaila. Língua Portuguesa e colonização – caso da Guiné Bissau. In.: Abuala. Disponível em https://www.buala.org/pt/a-ler/lingua-portuguesa-e-colonizacao-caso-da-guine-bissau. Acesso em 26 de outubro de 2024.

LOPES, José de Sousa Miguel. Cultura acústica e letramento em Moçambique em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural. São Paulo: EDUC, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. M*etodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico:* procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MACEDO, Donaldo. Alfabetização, linguagem e ideologia. *Educação & Sociedade, Cidade*, v. 21, n. 73, p. 84-99, dez. 2000.

MARIANI, Bethania. Políticas de colonização linguística. *Letras*. Santa Maria, n. 27, p. 73-82, 2003.

MARIANI, Bethania. *Colonização linguística.* Campinas: Pontes, 2004.

MENDES, Leonel Vicente. *(Des) caminhos do sistema de ensino guineense:* avanços, recuos e perspectivas. Editora CRV. 1a edição, 2019, p. 242.

MENDES, Leonel Vicente. *A escolarização e a formação de quadros nas regiões libertadas da Guiné-Bissau:* uma perspectiva histórica (1963-1973). Editora Brazil Publishing, 2021, p. 93.

MONTEIRO, João José – "O ensino guineense – a democratização ameaçada". *In*: AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos (coord.) – *Guiné-Bissau. Vinte Anos de Independência*. Bissau: INEP, 1993, p. 105-121

NAMONE, Dabana. TIMBANE, Alexandre António. Consequências do ensino da língua portugugesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. *In*: *Revista Mandinga – Revista de estudos linguísticos.* v.1, n.1, 2017.

ROSA, Ailene Cristina Brito Soares. *Ensino bilíngue em Cabo Verde:* desafios e práticas educativas, 2017. Disponível em https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/602/1/2017_art_acbsrosa.pdf. Acesso em 26 de outubro de 2024.

ROSA, Maria Carlota. *Uma viagem com a linguística*: um panorama para iniciantes. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: Pá de Palavra, 2024. 289 p.

SCANTAMBURLO, Luigi. *O léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português:* o ensino bilingue português-crioulo guineense. LB. Tese de doutorado. Universidade Nova de Lisboa (2013).

TANDO, Wazeyi Eduardo T.; NAMBUA, Manuel. A língua portuguesa em Angola: reflexão sobre o seu domínio no sistema de ensino e soft power. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação* 10.1 (2024): 31-46.

TAVARES, Fernando Jorge Pina. Os Limiares Críticos da Educação na "África Lusófona". In: I Congresso Internacional de Filosofia da Educação de Países e Comunidades de Língua Portuguesa. São Paulo: UNINOVE. 2009.

THIESSE. Anne-Marie. *La création des identités nationales*: Europe XVIIIe -XXe siècle. Paris: Editions du Seuil, 1999.

TIMBANE, A. A. A variação linguística e o ensino do português em Moçambique. *Confluência*, n.43, 2012. 261-284.